Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 19

o estado de s. paulo - na quarentena receita federal do Brasil 'Matéria tributária virou território para felinos' - DIRETO DA FONTE - SÔNIA RACY
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL RECEITA FEDERAL DO BRASIL Ibre projeta aumento real de 36,6% na arrecadação de julho
o estado de s. paulo - economia e negócios seguridade social "Gabinete paralelo" atua na economia
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL SEGURIDADE SOCIAL Inflação mais alta deprime renda e limita a retomada
PORTAL UOL - NOTÍCIAS SEGURIDADE SOCIAL Avanço da digitalização do governo aciona bomba relógio, diz TCU
A TRIBUNA - ES - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL INSS vai dispensar 2.550 servidores
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA Por que a reforma tributária é prioritária (Artigo)
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL REFORMA TRIBUTÁRIA Incertezas na Colômbia derrubam a moeda
CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - ARTIGOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL Busca de relação harmônica com os contribuintes (Artigo)
FOLHA ONLINE - SP - MERCADO REFORMA TRIBUTÁRIA Sem consenso, reforma do Imposto de Renda deve ser votada nesta semana
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS 'Conselheiros' deixam digitais em várias medidas do governo
VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS PEC disciplina gasto com precatórios, garante Paulo Guedes
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Bolsonaro reforça ofensiva para conquistar o Nordeste
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA ECONOMIA Eleições na mira do radicalismo
CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS ECONOMIA

Segunda-Feira, 16 de Agosto de 2021

Economistas reduzem projeções para o PIB - MERCADO S/A	32
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - GERAIS/COVID-19 ECONOMIA	
O ministro e seus delírios - FRANCISCO MORALES	34
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Tensão política, riscos fiscais e juro afetam projeções para PIB de 2022	36
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Riscos para o investidor monitorar (Artigo)	. 39
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Depois da pandemia, investidor deve ficar mais conservador	. 40
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA POLÍTICA	
Integrantes da PF reclamam de uso político da corporação	43
O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS POLÍTICA	
Senadores indicam veto às coligações proporcionais e contrariam deputados	45

'Matéria tributária virou território para felinos' - DIRETO DA FONTE - SÔNIA RACY



SÔNIA RACY

A tramitação do novo pacote tributário no Congresso confirma, para o pernambucano Everardo Maciel, uma verdade antiga: o Brasil "é um país que não perde a oportunidade de errar". Consultor tributário experiente, que comandou a **Receita Federal** no segundo mandato de FHC, ele considera "de péssima qualidade" o projeto enviado pelo governo Bolsonaroque, entre outras coisas, restabelece a tributação de dividendos.

O resumo da ópera, para ele, é que no Brasil "essa reforma atrapalha a todos". E que o ganho de arrecadação, se aprovada, vai se concentrar nas costas de quem ganha de R\$40 mil a R\$ 83 mil por ano. "Sabe quem é esse pessoal?

A Classe C". Para Maciel, a reforma "é uma fraude política". Apresentada uma intenção inicial, os autores do texto "conseguiram reunir todo mundo contra". Nesta entrevista para o Show Business, da Band - que foi ao ar nessa madrugada - o ex-secretário da RF abre o leque e adverte: "A principal crise do País é a moral". Um exemplo?

No seu ver, por aqui, <u>reforma tributária</u>, segue o parâmetro "diminuir o meu imposto e aumentar o seu". A seguir, os principais trechos da conversa por videoconferência.

- Como está vendo a proposta de reforma tributária?

Percebo que caímos na obsessão pelas reformas. Mas quais? Tem de saber o que é que se quer fazer, por quê, qual o meio mais econômico, inclusive no sentido político.

Lembro aqui um livro do Eça de Queiroz, Da Fisiologia das Reformas - escrito no século 19, ok? Eles queriam reformar mas não sabiam o quê. E vale mencionar a Alice no País das Maravilhas, que chega numa encruzilhada e pergunta ao gato qual caminho deve tomar.

Ele pergunta: pra onde você quer ir? Ela responde "não sei". E ele responde: "Ah, então toma qualquer um".

- Essa reforma proposta se concentra sobre os **impostos** e não sobre o sistema tributário como um todo, né?

Tem gente querendo destruir o sistema. Por quê? Defendem que o da Cochinchina é diferente. Alguém conferiu se é de fato melhor? Veja, em abril o governo da Colômbia encaminhou um projeto de <u>reforma tributária</u> que todo o país repudiou, houve protestos e até mortes.

E um cientista político de lá ponderou: "Só um governo inepto mandaria um projeto de **reforma tributária** no meio de uma pandemia".

Eu subscrevo o que ele disse. Como definiu a diretorageral do FMI, Kristalina Georgieva, essa pandemia é a maior crise da humanidade, por ser a mais complexa e abrangente.

- A mais letal da história...

Esse nosso pacote, especialmente o projeto de reforma da tributação da renda, conseguiu a façanha de ser contestado por Febraban, CNI, Fiesp, Frente Parlamentar Rural. São 55 entidades representativas contra. Ninguém percebe que tem alguma coisa errada aí?

- Mas existe algum nexo dentro do texto apresentado?

O ESTADO DE S. PAULO - NA QUARENTENA - pág.: H02. Seg, 16 de Agosto de 2021 RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A primeira motivação do projeto foi uma intenção de campanha política, de aumentar o limite de isenção do imposto de renda. O presidente tem poucas virtudes, mas um defeito claro é que ele não entende absolutamente nada de assuntos tributários. Enfim, ao se tentar fazer esse aumento de isenção, tem que criar algumas compensações.

Aí já não é mais o presidente, é o Ministério de Economia.

E então não é isenção, é não incidência. É complicado distinguir uma coisa da outra.

- Pode explicar um pouquinho melhor isso?

Quando a gente fala em tributar, eu decido que um grupo em tal e tal circunstância não vai pagar. Isso é uma isenção.

Quando eu falo em não incidência, sequer o fator gerador existe. Ora, eu não posso isentar o que não existe. Não posso isentar os produtos industrializados na agricultura, porque eles não existem lá. Então, o que acontece com a dita não tributação de dividendos? Ela não incide porque isso já foi tributado.

Por exemplo, tributado na pessoa jurídica. E qual a melhor maneira de se fazer?

Tributar na empresa? Ou no dividendo?

Ou nos dois? Isso é uma escolha técnica. Uma das grandes virtudes de tributar na empresa é prevenir uma coisa terrível chamada distribuição disfarçada de lucros, que é de controle dificílimo. Uma coisa que alcança o mundo inteiro, e não tem no Brasil, nosso País está blindado contra isso.

- Voltando à proposta no Congresso, nela há alguma lógica?

No conjunto, ela é uma aberração.

Quem a produziu deve ser admirado, conseguiu reunir todo mundo contra.

Vamos mostrar isso no concreto, com pessoas físicas?

Então, a ideia foi pegar o limite de isenção, hoje de R\$1.913, e levar pra R\$ 2.500. Vamos fazer a conta? Se passo a R\$ 2.500, são R\$ 30 mil por ano.

Lá na ponta, após vários outros cálculos, eu aplico a alíquota de 7,5% e dá R\$ 90 por ano. Divide por 12 meses e dá R\$ 7,50 por mês. É isso que está sendo

dado. Não paga um quilo de pão francês por mês.

Pura demagogia fiscal.

- Em suma, essa reforma não muda nada pra pessoa física nem jurídica, atrapalha a todos.

Permita acrescentar que esse ganho de arrecadação está nas costas de quem fatura de R\$40 mil a R\$ 83 mil por ano. Sabe quem é esse pessoal?

A classe C.

Ela é que vai pagar por esse benefício.

É uma fraude política, revela que a crise principal do País é a crise moral. Tratam do tema como se não existissem princípios. A matéria tributária virou território para felinos, hienas. Cada um tira sua parte. Falta um espírito de país, de nação.

- Tem de haver uma maneira de tirar o País dessa situação.

Só tem uma via, difícil, a via da consciência política. Veja, os partidos políticos sumiram. A representação política do País está no mais baixo nível que eu já vi na minha vida. Pode-se dizer que **reforma tributária** no Brasil sempre se resume a uma coisa simples: diminuir o meu imposto e aumentar o seu. Leva quem grita mais alto.

 O Estado tem um papel, desde lá atrás, nisso tudo, não é?

Eu vejo nessa história, ao longo dos anos, uma espécie de sucateamento do Estado. O primeiro sintoma disso é uma espécie de degradação moral, houve uma banalização da corrupção.

E não é só meter a mão no dinheiro público, ela também é disfarçada, nas emendas, indenizações, penduricalhos.

Dizem que isso tem pouca importância fiscal, essa coisa das emendas parlamentares.

A questão não é o tamanho, é que isso é um instrumento da corrupção. Enquanto existirem emendas haverá corrupção. Alegam que é o exercício da função parlamentar.

Não é. É apenas negociata.

- O sr. acha que não deveriam existir as emendas?

Não estou dizendo que toda emenda é corrupta. Mas sim que a emenda propicia a corrupção.

Eu só acho que não se pode discutir o orçamento como um pedaço da minha pessoa, da sua... De onde veio isso?

De um erro da Constituição de 1988. Alguém, muito razoavelmente, ponderou que na feitura de um orçamento, se houvesse alguma omissão ou equívoco, poderia ser revista a receita. Acontece que em todos os anos houve erro ou omissão, e as emendas viraram uma prática.

- A tecnologia não barra muitas dessas coisas?

A tecnologia é um meio, ela pode ser usada para o bem ou para o mal...

- Mas dá transparência, não?

Olha, as despesas com cota de representação parlamentar são publicadas. Alguém dá bola pra isso? Ninguém.

É que o problema não está no detalhe, está no todo. A transparência também pode servir pra banalizar. Resulta no que a Hannah Arendt chamou de banalização do mal.

A gente fica vendo, agora, pessoas apoiando esse negócio do voto impresso. E me pergunto: caramba, o que aconteceu? Sei que há pessoas sensatas nesse apoio, o que me deixa assustado.

- No meio disso tudo, o sr.

tem algum olhar positivo? Podemos esperar algo bom nos próximos tempos?

Só posso esperar que as pessoas convertam sua indignação em consciência, em convicção.

Temos de ter a coragem de pensar. Aí começamos a construir uma expectativa positiva e pode-se ter esperança. Que as pessoas não desanimem, mexamse.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Ibre projeta aumento real de 36,6% na arrecadação de julho



Lu Aiko Otta

A arrecadação de impostos federais ficou em R\$ 171,5 bilhões em julho, em cálculo prévio elaborado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre) e informado ao Valor. Se confirmado, será uma alta real de 35,6% sobre o observado em julho do ano passado.

O dado oficial será divulgado pela Receita Federal após o dia 20. A prévia é calculada com base nos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), do governo federal.

É um crescimento menos intenso do que o visto em meses anteriores, aponta autora do estudo, a pesquisadora em Economia Aplicada do FGV Ibre Juliana Damasceno. Ela acha prematuro afirmar que a arrecadação federal mudou de patamar e retornou aos níveis pré-recessão, como afirmou no mês passado o ministro da Economia, Paulo Guedes. "O que temos é uma fotografia que não traz a dimensão da atividade econômica por trás dela", afirmou. A recuperação ainda é frágil e há fatores de incerteza à frente, avalia.

Até o momento, os resultados refletem benefícios da alta das commodities, um processo cuja intensidade e duração não se conhece. Além disso, as receitas de tributos ligados ao comércio exterior, como o Imposto de Importação (II) e o Imposto sobre Produtos

Industrializados (IPI) vinculado, por exemplo, ganham impulso por causa da alta do dólar. Em julho, avançaram 25,8% e 33,7% em termos reais, respectivamente, na comparação com julho de 2020.

Há ainda arrecadações atípicas do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) que, segundo a Receita, são gerados por movimentações societárias. Em julho, as altas reais sobre julho de 2020 foram de 56,2% e 53,1%, respectivamente.

Outro fator que ajuda a explicar os bons resultados é o fato de o sistema tributário brasileiro arrecadar mais sobre o consumo de bens do que o de serviços. Segundo Juliana, a pandemia trouxe mudanças de hábitos que resultaram no aumento na compra de bens.

Porém, há dados que evidenciam uma recuperação frágil. O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre bebidas recuou 2,7% e o sobre automóveis, 38,4%. Este último foi influenciado pelos problemas na produção de carros novos.

Outro fator de risco apontado pela pesquisadora são os precatórios. Se for aprovada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) anunciada pelo governo, será possível haver um encontro de contas: quem ganhou ação na Justiça contra o governo poderá usar seu crédito para pagar tributos. É possível, portanto, que parte do "meteoro" dos precatórios seja convertido em perda de arrecadação para a União.

Julho é o primeiro mês em que a comparação com o mesmo mês no ano anterior está livre das distorções causadas pelos diferimentos (adiamentos) tributários concedidos em 2020. Até junho, havia grandes altas nas receitas dos tributos que, por causa das medidas de isolamento, tiveram seu pagamento postergado em 2020.

A partir de setembro, a comparação com o mesmo mês no ano passado vai mostrar o contrário: os dados de 2020 passarão a ser inflados pelos recolhimentos dos tributos diferidos.

"Ainda temos crescimento no acumulado da arrecadação geral, mas é preciso cuidado, porque pode haver um enfraquecimento desse movimento nos próximos meses, quando o efeito base jogará na direção oposta da observada nos últimos meses", disse.

No acumulado do ano, as receitas chegam a R\$ 1,077 trilhão. É uma alta real de 26,1% sobre o ano passado. Em 12 meses, a arrecadação federal acumula R\$ 1,822 trilhão, um valor 16,4% superior ao observado no período anterior.

Juliana destaca ainda o crescimento de 16,1% das receitas previdenciárias, na comparação com julho de 2020. Da mesma forma, houve avanço de 16,6% no IR sobre rendimentos do trabalho.

São dados que surpreendem, se confrontados com o cenário no mercado de trabalho. Para a pesquisadora, o desempenho reflete o fato que a pandemia afetou mais o emprego informal.

"Esse é o último que volta", comentou. Os setores mais intensivos de mão-de-obra, como o de serviços, só agora estão trazendo indicadores mais positivos.

Pela prévia, as receitas administradas atingiram a marca de R\$ 156,2 bilhões, crescimento de 29,6% na comparação com julho de 2020. As chamadas outras receitas, que incluem royalties de petróleo e taxas administrativas cobradas por órgãos federais, chegaram a R\$ 2,2 bilhões.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186980?page=1§ion=1

"Gabinete paralelo" atua na economia



José Fucs

Em 31 meses de governo, já deu para perder a conta das estocadas que o presidente Jair Bolsonaro desferiu no ministro da Economia, Paulo Guedes, turbinando especulações intermitentes sobre a sua saída do cargo e gerando turbulências no mercado.

Apesar de intercalar os golpes com juras de amor eterno, no melhor estilo "morde e assopra", e de dizer que tem certeza de que Guedes "vai continuar até o último dia" no governo, Bolsonaro bombardeia em público as suas propostas e defende medidas que vão na direção oposta de sua pregação liberal. O presidente também não se constrange de pedir à luz do dia a cabeça de integrantes da equipe econômica ou de gente indicada por Guedes para tocar estatais, sem preveni-lo de suas intenções.

Mas, ainda que os torpedos disparados por Bolsonaro sejam exemplos emblemáticos de sua forma de governar e estejam em linha com as ideias nacional-desenvolvimentistas e corporativistas que marcaram a sua trajetória de 30 anos na política, muito do que ele fala e faz à revelia de Guedes, criando crises em série na economia, não tem o seu DNA.

Segundo apurou o Estadão, boa parte das declarações e posições de Bolsonaro contra propostas do ministro é "assoprada" a ele por um grupo de "conselheiros" de seu círculo mais próximo, que tem forte influência em suas ações. "É difícil influenciar o

presidente com as teorias econômicas do Paulo Guedes, mas o contrário é absolutamente verdadeiro", diz um ex-auxiliar do ministro.

Casamento de conveniência.

Guardadas as devidas proporções, o grupo exerce um papel semelhante ao que atuou à margem do Ministério da Saúde no auge da pandemia, de acordo com investigações da CPI da Covid, defendendo o "tratamento precoce" apoiado por Bolsonaro, à base de cloroquina, em oposição às orientações de técnicos do órgão e dos ministros Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich, que comandaram a área na época.

Talvez, na economia, o grupo atue de maneira mais informal do que o "gabinete paralelo" que existiu na Saúde, segundo a CPI.

Talvez, também, não tenha a mesma força para ditar os rumos da política oficial sem o aval do ministro.

Embora tenha perdido espaço, Guedes ainda detém a chave do cofre e mantém, pela lealdade que demonstra ter ao presidente e pela resignação com que absorve os "tocos" que leva, certa capacidade de influência sobre as suas decisões.

É preciso levar em conta também que, hoje, o ministro tornou- se parte da engrenagem e está envolvido de corpo e alma no projeto político de Bolsonaro e em sua reeleição, abraçando medidas vistas como eleitoreiras, como o adiamento do pagamento dos precatórios, para abrir espaço no orçamento para o aumento de gastos do governo. Por acreditar que, mesmo limitado em seus movimentos, ainda pode dar a sua contribuição para transformar e impulsionar a economia, Guedes assimilou as regras do jogo e acabou deixando de lado, na visão de alguns analistas, muitas de suas propostas e convicções.

"Com o tempo, aconteceram duas coisas: por um lado, o presidente diminuiu o espaço para acontecer qualquer coisa que tivesse a ver com um programa liberal; por outro, ele (Paulo Guedes) foi ficando muito parecido com aqueles do grupo em que se inseriu", afirmou recentemente o economista Gustavo Franco, ex-presidente do Banco Central e sócio da Rio Bravo Investimentos.

Franco chegou a ser indicado pelo ministro para a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mas foi vetado por

Bolsonaro por ter participado da gestão FHC. "Ele era um casamento de conveniência e agora está integrado à família", acrescentou.

Entourage do Planalto. Como uma espécie de "filho bastardo", porém, que muitas vezes sofre o preconceito do núcleo familiar, Guedes continua a ser alvo do "fogo amigo", que se expressa com frequência incômoda por meio do próprio presidente. Sua metamorfose pode até ter amenizado os disparos feitos contra ele - "já foi pior", tem dito aos amigos que o questionam sobre o assunto.

Mas não foi suficiente para neutralizar totalmente a artilharia do "gabinete paralelo" que atua na economia.

Ainda hoje, os integrantes do grupo procuram aproveitar as oportunidades que surgem para sugerir mudanças nas propostas de Guedes e tentar convencer Bolsonaro de que a condução da economia está equivocada. Mesmo que, em alguns casos, o presidente volte atrás em suas posições, o vaivém acaba criando ruídos inconvenientes e minando a credibilidade da equipe econômica.

Formado pelo entourage do Palácio do Planalto, por ministros, secretários de ministérios, militares e políticos, o grupo é mais numeroso do que se poderia imaginar.

Entre os colegas de Guedes na Esplanada dos Ministérios, fazem parte da lista, de acordo com as fontes ouvidas pelo Estadão, os ministros Onyx Lorenzoni, que passou pela Casa Civil e pela Cidadania e agora responde pela pasta do Trabalho e Previdência Social, recém-desmembrada do Ministério da Economia; Rogério Marinho, do Desenvolvimento Regional, que foi auxiliar de Guedes e depois tentou emplacar um plano de R\$ 150 bilhões em investimentos públicos; Tarcísio Gomes de Freitas, da Infraestrutura, que circula com Bolsonaro pelo País afora; Walter Braga Netto, da Defesa, que passou pela Casa Civil; e Gilson Machado, do Turismo, expresidente da Embratur (Agência Brasileira de Turismo), além do secretário da Aquicultura e Pesca, Jorge Seif Júnior, que beijou o presidente numa de suas lives.

Do grupo que despacha no Palácio do Planalto, destacam-se o general Luiz Eduardo Ramos, agora ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, que também passou pela Casa Civil e pela Secretaria de Governo; o almirante Flávio Augusto Viana Rocha, secretário Especial de Assuntos Estratégicos, que acumulou o comando da Secretaria de Comunicação (Secom) e é considerado a "sombra" de Bolsonaro; Célio Faria Júnior, chefe do gabinete pessoal e exchefe da Assessoria Especial da Presidência; e Pedro

Marques de Souza, subchefe de Assuntos Jurídicos do governo, que ocupou de forma interina a Secretaria-Geral da Presidência, antes da posse de Ramos e após a indicação do ex-titular da pasta, Jorge Oliveira, para o Tribunal de Contas da União (TCU). Apesar de ter deixado o governo, Oliveira continua a ser uma voz ouvida por Bolsonaro nas questões econômicas e em outras áreas. Também faz parte do grupo o deputado Major Vitor Hugo (PSL-GO), Iíder do governo na Câmara.

Voo de galinha. Alguns "influenciadores" são mais ouvidos do que outros pelo presidente, mas, de um jeito ou de outro, todos dão os seus "pitacos" na economia, ainda que a maioria tenha pouca ou nenhuma familiaridade com o tema. No geral, com uma ou outra exceção que confirma a regra, os integrantes do grupo compartilham a visão desenvolvimentista e corporativista de Bolsonaro, mas costumam atuar em duas frentes distintas. Os militares movimentam- se mais para defender a preservação de benefícios e a criação de novas benesses para a corporação. Os políticos concentram- se mais na liberação de verbas e querem resultados de curto prazo na economia, mesmo que seja mais um "voo de galinha".

Em maior ou menor grau, conforme o caso, eles cultivam um desprezo obsceno pela austeridade fiscal, defendem fartos investimentos públicos para alavancar a atividade econômica e querem "furar" o teto de gastos, que limita as despesas do governo num ano ao nível do exercício anterior corrigido pela **inflação**.

Eles se opõem também a uma reforma administrativa ampla, geral e irrestrita, que inclua não apenas os futuros, mas também os atuais servidores, e atuam para excluir categorias profissionais, especialmente as chamadas "forças de segurança", das medidas de contenção salarial e corte de privilégios.

Na área social, apoiam propostas como a concessão de benefícios que estão além da capacidade financeira do governo. "Eles ficam irritados com o Paulo Guedes porque não têm dinheiro para investimento", diz um ex-integrante da equipe econômica.

Tratados de psicologia. Procurado para falar sobre a questão, Guedes não quis se manifestar. A quem lhe pergunta por que continua no cargo, ele costuma dizer que, nas grandes decisões, como a que manteve o teto dos gastos e a privatização dos Correios e da Eletrobras, Bolsonaro no fim o apoia, assim como no caso dos marcos regulatórios do saneamento e do gás. "O presidente nunca me deu sinal de desagrado e sempre me apoiou na hora decisiva", afirma o ministro, de acordo com um ex-assistente.

Embora Guedes diga que Lorenzoni "é como se fosse parte da equipe econômica", que Braga Netto (excolega de seu irmão na escola) e Gomes de Freitas são seus "amigos" e que os militares "gostam" dele, alguns de seus excolaboradores tiveram outra percepção durante as suas passagens pelo ministério. Em reuniões reservadas, segundo eles, o ministro admite que a ação dos "conselheiros" de Bolsonaro traz "muita chateação". "Estão me chutando a bunda toda hora", desabafou a certa altura, de acordo com um ex-assistente.

Talvez, um dia, alguém decifre o enigma que cerca o "casamento hétero" de Guedes e Bolsonaro.

"Acho que, no futuro, vão escrever muitos tratados de psicologia e sociologia e outras ciências mais exóticas sobre o relacionamento entre Paulo Guedes e o presidente, uma das grandes complexidades dessa presidência", diz Gustavo Franco. Por ora, o mistério deve continuar a assombrar quem acompanha de fora o dia a dia do "casal".

I Metamorfose

"Com o tempo, o Paulo Guedes foi ficando muito parecido com aqueles do grupo em que se inseriu.

Era um casamento de conveniência; agora, ele está integrado à família" Gustavo Franco, EX-PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Inflação mais alta deprime renda e limita a retomada



Alessandra Ribeiro: inflação alta é "fator limitante do consumo das famílias"

Ana Conceição

O aumento na **inflação** está deixando menos renda na mão das famílias e é um fator que pode limitar o consumo neste ano, um fator que se adiciona a outros, como a escassez de insumos na indústria e as perdas na agropecuária, como percalços no caminho de um crescimento mais forte da atividade.

Cálculo da Tendências Consultoria indica que a massa de renda disponível - aquela que sobra depois dos gastos com bens e serviços essenciais - deve cair 5,1% em termos reais neste ano, na comparação com 2020. Só a classe A terá sobra de recursos, com alta de 2,8%. Na outra ponta, a classe D/E deve ter um recuo de 18,5%, enquanto a faixa média, B/C, deve ter quedas de 0,5% e 6,6%, respectivamente.

As diferenças se explicam porque na classe A, mais de 60% da renda é formada por outras formas de remuneração que não o salário, como lucros e dividendos, por exemplo. Nas classes B e C a renda do trabalho é o principal item da renda, com peso acima de 85%. A alta da **inflação** e a queda dos salários têm diminuído o rendimento dessas faixas.

Na classe D/E, muito dependente de programas como o Bolsa Família, BPC e benefícios da **Previdência Social**, a ausência de aumento real do salário mínimo - definido no ano passado, antes da aceleração da **inflação** - e o encarecimento de bens essenciais corroem a renda que sobra para a compra de outros itens. Essa faixa também foi prejudicada pela redução do auxílio emergencial, que em 2020 foi responsável por alta de 20% na renda disponível.

"O aumento da <u>inflação</u> entra como um fator limitante do consumo das famílias", afirma Alessandra Ribeiro, economista da Tendências. "Supondo que elas mantenham o consumo da mesma cesta de bens essenciais, há uma queda importante na massa de renda disponível". Conta de luz e alimentos estão entre os bens essenciais que mais subiram, 20% e 16%, respectivamente, em 12 meses, segundo o IBGE. Para as famílias mais pobres, os bens essenciais representam 80% dos gastos, para a classe A, 48%. Na classe média, essa parcela fica em torno de 60%.

A <u>inflação</u> também tem tido impacto sobre a renda do trabalho, algo que afeta em especial a classe C. A queda prevista de 3,1% na massa de renda total (trabalho, previdência, benefícios sociais) é puxada pelo fator trabalho. "Não mexemos muito nas projeções de ocupação, mas a renda tem vindo mais fraca. Tem uma mudança importante aí", diz Ribeiro.

A Tendências reduziu a estimativa de crescimento da massa de rendimento real do trabalho, de alta de 2,0% para 1,5%. A revisão acompanha a queda na projeção para o rendimento médio, de queda de 2% para 2,5% ante 2020. "Os salários nominais não estão acompanhando o aumento de **inflação**", diz Ribeiro.

O aumento da massa de rendimento ocorre mais pelo crescimento de pessoas ocupadas que pela renda, observa Gabriel Couto, economista do Santander. O banco estima alta de 2,5% na massa. "Há um contingente grande de pessoas entrando no mercado de trabalho e a tendência é que essas pessoas venham com salários mais baixos", afirma.

A crise no mercado de trabalho tem dificultado aumentos acima da inflação. Segundo o boletim Salariômetro, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), nos últimos 12 meses, apenas 37% dos acordos e convenções coletivas conseguiram aumentos acima da inflação. "Crises combinadas a altas taxas de inflação resultam perdas reais nas negociações", afirma Helio Zylberstajn, coordenador do Salariômetro e professor sênior da FEA/USP. "Nesse cenário, os sindicatos de trabalhadores são obrigados a mudar o foco, reduzindo a ênfase nos ganhos econômicos para priorizar a preservação do emprego." Nas negociações do primeiro semestre, os

trabalhadores também viram reduzidos benefícios como vale alimentação, refeição e plano de saúde.

No segundo semestre do ano, Zylberstajn não vê espaço para reajustes reais. "A desocupação deve continuar muito alta e isso reduz o poder de barganha dos trabalhadores. Não é fácil repor uma alta da ordem de 9%", diz, referindo-se ao acumulado do IPCA até julho.

Souto, do Santander, diz que a <u>inflação</u>, que tem surpreendido repetidamente para cima, assim como o aperto monetário, são ventos contrários no mercado de trabalho. "Mas na nossa visão, o que deve prevalecer no segundo semestre é o processo de reabertura da economia", diz. O grande contingente de pessoas que deve voltar ao mercado de trabalho, contudo, deve manter altas as taxas de desemprego, 14,1% na média de 2021, e 13,5% em 2022.

A Tendências elevou a projeção de 2021 para a taxa média de desocupação, de 14% para 14,2%, e reduziu a projeção de 2022 de 13,7% para 13,5%.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186980?page=1§ion=1

Avanço da digitalização do governo aciona bomba relógio, diz TCU

Carlos Madeiro

A migração do estado brasileiro para a era digital patina em problemas que vão além dos recentes apagão no Lattes e vazamento de dados de cidadãos. Questões ligadas à falta de planejamento e de gestão de riscos (como ataques cibernéticos) e um avanço da transformação que gera exclusão digital foram flagradas pelo TCU (Tribunal de Contas da União), que publicou um acórdão com base em auditoria feita por técnicos do órgão.

Em uma longa apuração, os auditores expõem um cenário recheado de problemas. Eles citam que o Brasil caiu 10 posições em ranking da ONU (Organizações das Nações Unidas) sobre implementação de governo digital, e as causas, diz o órgão, estão relacionadas à ausência de visão sistêmica da governança da transformação digital.

Um dos focos principais foi avaliar como anda o cumprimento do decreto 10.332/2020, que instituiu a EGD (Estratégia de Governo Digital 2020-2022). Ele é considerado o principal normativo da transformação digital do poder executivo federal focado na desburocratização dos serviços públicos prestados pelo estado.

A ideia do governo era oferecer serviços públicos digitais simples e intuitivos, em plataforma única, com acesso amplo à informação e aos dados abertos governamentais. Mas, na prática, as coisas não estão funcionando assim.

Em todos os quesitos, o TCU viu falhas e fez recomendações de melhoria.

Uma dessas dificuldades, diz o TCU, está relacionada à imprecisão na definição de iniciativas do governo. Um exemplo é a migração dos sítios (endereço eletrônico) dos órgãos e entidades para o portal gov.br, criado para centralizar em uma única plataforma serviços para o cidadão e informações sobre as atuações de áreas governamentais.

Foi prevista a migração de aproximadamente 1.200 sítios, mas algumas URLs foram descartadas, outras aglutinadas, e havia sítios dentro de sítios, de modo que não se migrou exatamente 1.200 sítios. Ao final, foram consolidados entre 650 e 700 sítios efetivos, de

modo que houve erro de dimensionamento do projeto em função do desconhecimento da realidade, aponta.

Os auditores também constataram deficiências em elementos considerados fundamentais para que os usuários desfrutem dos resultados decorrentes dos esforços de transformação digital.

A preocupação está na possibilidade clara de exclusão digital de serviços online. Isso inclui, segundo o TCU, o desenvolvimento da infraestrutura de telecomunicações do país e a capacidade dos usuários de usar os serviços públicos digitais, potencializadas pela ausência de visão sistêmica da governança da transformação digital, podem limitar e até excluir parcelas da população brasileira do uso desses serviços.

A gestão de riscos também é problemática, segundo o relatório. No caso, diz o TCU, análises prévias devem levar em conta a possibilidade de serviços digitais apresentarem problemas, inclusive ataques cibernéticos. Mas essa busca pela segurança não estaria sendo feita.

De um total de 12 PTDs [planos de transformação digital] enviados pela Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, somente um apresentava seção específica sobre gestão de riscos (PTD do Ministério da Justiça e Segurança Pública), sendo que, esse único plano trazia somente riscos genéricos, alega o TCU.

Exemplos de riscos não faltam. Caso se materializem, como no caso dos serviços do **INSS** e em diversos ataques cibernéticos ocorridos em 2020, podem gerar enormes prejuízos à população brasileira, alega.

Em suas recomendações, o TCU pediu que o governo promova a identificação dos principais riscos comuns aos quais os esforços de transformação digital comumente estão expostos, inclusive os riscos de ataque cibernético.

Segundo especialistas os problemas listados pelo TCU são graves. A situação levantada é bastante crítica e merece ter toda a atenção , afirma André Lucas Fernandes, diretor do IP.rec (Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife).

PORTAL UOL - NOTÍCIAS. Seg, 16 de Agosto de 2021 SEGURIDADE SOCIAL

Para ele, as questões de acesso e governança são fundamentais no caso das aplicações governamentais na Internet. Fernandes alerta que um dos pontos importantes citados pelo TCU é que não há cuidado com as questões infraestruturais dos sistemas. Elas ainda aparecem como ônus público do governo, diz.

O melhor exemplo recente disso é o apagão da plataforma Lattes, que veio pela de investimento em manutenção das estruturas digitais. A gente pode fazer um paralelo com os incêndios em museus pelo Brasil. É um contrassenso a fala do Executivo de falta de recursos e a tentativa de impedir o fluxo de recursos conforme princípios legais e aprovação pelo Congresso Nacional, afirma.

Ele defende que é preciso pensar, antes de mais nada, na falta de acesso que os processos estão impondo às pessoas mais pobres.

O problema também passa pela não compreensão dos desafios **impostos** na era digital. O que o relatório do TCU aponta é que o governo brasileiro atual não compreende essa complexidade e não tem um plano efetivo, afirma Sivaldo Pereira da Silva, professor e coordenador do Centro de Estudos em Comunicação, Tecnologia e Política da UnB (Universidade de Brasília).

A transformação digital não deve ser confundida com a mera digitalização de serviços. Trata-se de um processo complexo que envolve planejamento, a reestruturação do funcionamento de órgãos e a criação de uma política de longo prazo que leve em conta as diversas dimensões que isso implica, diz Silva.

Outro quesito citado pelo TCU que o professor destaca é a falta de planejamento do programa de Transformação Digital do governo.

O docente alega que o resultado da auditoria do TCU era previsível. Não chega a ser uma surpresa, pois a política digital do governo brasileiro com um todo, que engloba o processo de Transformação Digital, tem sido extremamente lenta, frágil e mal planejada. Por exemplo, a criação de canais de participação do cidadão na construção de políticas públicas, considerado um ponto importante no processo de legitimação e educação do público, praticamente inexiste. O que existia foi descontinuado, conta.

Tilt questionou os dois órgãos citados pelo TCU como responsáveis pelas atividades ligadas à governança da transformação digital no governo federal.

A Secretaria Especial de Modernização do Estado da

Secretaria-Geral da Presidência da República informou que não iria se pronunciar porque não havia sido oficiada do relatório do TCU.

A Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia alegou que as evidências e os exames feitos pelo Tribunal demonstraram que os esforços de governança sobre a transformação digital, ao menos sob os aspectos formais e organizacionais, têm sido bem conduzidos.

A pasta ainda diz não entender os apontamentos do relatório como falhas. O que vemos são oportunidades de melhorias naturais de qualquer projeto em acelerada evolução. Nesse sentido, os Planos de Transformação Digital estão sendo revisados para que constem com um novo eixo de ações, especificamente para diagnóstico de riscos e implementação de controles, em conformidade com a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) , afirma.

Ainda segundo o órgão, a rápida transição da oferta de serviços do governo federal para o meio digital potencializou o aumento do público usuário - havia 1,8 milhão de brasileiros cadastrados na plataforma gov.br em janeiro de 2019; hoje, apenas 30 meses depois, são 110 milhões, mais da metade da população do país.

Há alinhamento entre as Estratégia de Governo Digital e a Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital), principais instrumentos que norteiam a atuação da administração no assunto. Além disso, existem acompanhamentos técnicos e estratégicos sobre os Planos de Transformação Digital, finaliza.

Site:

https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2021/08/16/tr ansformacao-digital-do-governo-e-excludente-e-ignorariscos-avalia-tcu.htm

INSS vai dispensar 2.550 servidores

Ana Julia Chan, Vinícius Guidoni

A contratação temporária de 2.550 profissionais para dar conta de requerimentos retidos no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) está com os dias contados. Segundo a instituição, a medida provisória que permitiu as contratações não foi convertida em lei, e os contratos serão finalizados já em dezembro.

Mas, mesmo se os mais de 2.500 servidores fossem efetivados, a quantidade não seria o suficiente para suprir todos os pedidos que estão em análise - hoje, há cerca de 1.450.480 de solicitações.

No ano passado, 5.33Ò pessoas se inscreveram para ocupar os cargos. Dos inscritos, foram selecionados 1.969 militares inativos, 1.900 ex-servidores da carreira do Seguro Social e 1.461 funcionários públicos aposentados de outras áreas, mas só ficaram aptas para trabalhar 2.550 pessoas.

Para a advogada e coordenadora do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Maria Regina Uliana, a troca frequente no quadro de servidores também é um dos fatores que dificultam a análise da situação do contribuinte, porque muitos não têm a qualificação e prática necessária "Esse vaivém de servidores que não são efetivos e que não estão capacitados para lidar com o Direito Previdenciário dificulta ainda mais o processo", explica. Segundo a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Previdência e Assistência Social (Fenasps), faltam 22 mil senadores no quadro do INSS.

CONCURSO

O instituto tem buscado dar conta desse déficit: um pedido de concurso pretende preencher 7.500 vagas. A data e o aval para realização do certame, no entanto, ainda não foram divulgados.

"Esse concurso não supriria a carência de servidores do **INSS**. Na verdade, o que precisa são medidas efetivas, uma gestão efetiva, porque não adianta fazer reforma da Previdência para dificultar as regras para o segurado e não ter um instituto de previdência que seja realmente bem estruturado para prestar serviço adequado a esses cidadãos", analisa Maria Na época das contratações, dos pedidos, 74% eram aposentadorias, com 1,4 milhão de requerimentos.

Por que a reforma tributária é prioritária (Artigo)

José Ricardo Roriz Coelho, Presidente da Abiplast (Associação Brasileira da Indústria do Plástico) e vicepresidente da Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo)

A <u>reforma tributária</u> é urgente. Convivemos com um sistema tributário complexo, repleto de distorções, desalinhado das práticas internacionais, prejudicial ao desenvolvimento. A reforma da tributação sobre o consumo não deve e não precisa estar condicionada a qualquer outra reforma. Ela é ainda mais importante em um momento em que o país precisa acelerar o crescimento para mitigar os efeitos econômicos e sociais da pandemia da Covid-19.

Diversos estudos mostram que uma reforma ampla da tributação sobre o consumo vai acelerar o ritmo de crescimento. Um estudo da UFMG, por exemplo, mostra que a expansão adicional do Produto Interno Bruto pode chegar a 12% em 15 anos, o que equivale a R\$ 1 trilhão a mais no **PIB** esperado para o Brasil em 2021. Daria mais de R\$ 4.800 adicionais de renda anual a cada um dos 213 milhões de brasileiros.

Sem elevar a carga tributária total nem dar margem à insegurança jurídica, uma reforma nesses moldes iria simplificar o emaranhado do sistema tributário brasileiro. Positiva para o país, e não apenas para alguns setores, a reforma redistribuiria o fardo fiscal de maneira mais equânime, justa e proporcional entre setores econômicos e faixas de renda da sociedade.

Não há razão para esperar que a reforma administrativa (PEC 32/2020) seja aprovada para só então podermos caminhar com a **reforma tributária**. Ambas as reformas são importantes, mas a prioridade deve ser dada à tributária, pois tem a maior capacidade de impulsionar o crescimento.

Em relação aos impactos da reforma administrativa, dois pontos importantes devem ser considerados. O primeiro é a ideia de que irá proporcionar redução expressiva da carga tributária e, assim, facilitar a aprovação da **reforma tributária**. Contudo, os estudos disponíveis sobre os impactos fiscais da PEC 32/2020 sobre as finanças públicas não corroboram essa teoria.

Segundo projeção do Instituto Fiscal Independente (IFI), ligado ao Senado, a redução de despesas com

pessoal da União e dos estados começaria a ser mais significativa apenas em 2025. Ao final do período da projeção, em 2031, a economia seria de R\$ 32 bilhões naquele ano, ou 0,43% do PIB. Ou seja, a economia gerada pela reforma administrativa, embora importante, não vai reduzir a despesa pública de forma significativa a médio prazo.

O segundo aspecto da reforma administrativa a ser considerado é o fato de que a maioria das medidas com impacto fiscal relevante não está diretamente relacionada às medidas propostas na PEC 32/2020, mas sim à aprovação de medidas infraconstitucionais que devem vir apenas depois da aprovação da proposta de emenda à Constituição.

Por tudo isso, fica claro que a aprovação da **reforma tributária** não deve estar condicionada à aprovação da administrativa. Apesar da importância de ambas, postergar a reforma da tributação do consumo significa condenar os brasileiros a serem mais pobres e terem qualidade de vida pior do que poderiam ter.

[...] A redução de despesas com pessoal da União e dos estados começaria a ser mais significativa apenas em 2025. Ao final do período da projeção, em 2031, a economia seria de R\$ 32 bilhões naquele ano, ou 0,43% do PIB. Ou seja, a economia gerada pela reforma administrativa, embora importante, não vai reduzir a despesa pública de forma significativa a médio prazo

José Ricardo Roriz Coelho, Presidente da Abiplast (Associação Brasileira da Indústria do Plástico) e vicepresidente da Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo)

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496 39

Incertezas na Colômbia derrubam a moeda

Roberto Lameirinhas

As incertezas políticas e econômicas na Colômbia levaram o peso colombiano a despontar como a moeda mais desvalorizada do mundo em 2021. Isso se soma aos demais problemas do país, após a violenta rejeição popular a um pacote de **reforma tributária** e à perda do grau de investimento.

O crescimento da pré-candidatura presidencial do exguerrilheiro esquerdista Gustavo Petro intensificou o sentimento negativo em relação ao país, o que aumentou a percepção de riscos para os investimentos. Petro lidera as pesquisas para a eleição presidencial colombiana de maio de 2022.

Na quarta-feira, a cotação da moeda colombiana atingiu seu menor nível, a 4.007 pesos por US\$ 1, segundo cotação da consultoria Corficolombiana, com desvalorização acumulada de 14,2% desde o início do ano, maior que a da lira turca (14%) e do peso argentino (13,3%). No sexta-feira, o peso fechou a 3.887,07/ dólar, segundo a cotação oficial (veja o gráfico).

"Os problemas são muitos, mas vejo nas pesquisas [eleitorais] um dos principais fatores de incerteza", diz Felipe Camargo, economista-sênior para a América Latina da consultoria Oxford Economics. "A eleição de Petro, ex-guerrilheiro do M-19 [(Movimento 19 de Abril] que já se autodenominou representante do castrochavismo, seria sem precedentes na Colômbia."

Senador e candidato derrotado à Presidência em 2010 e 2018, Petro lidera na pesquisa de junho da revista "Semana", com 28% das preferências no primeiro turno, bem à frente do segundo colocado, o centrista ex-prefeito de Medellín Sérgio Fajardo, com 6%. O favoritismo de Petro se explica pelo vácuo político deixado pelo atual governo de Iván Duque, que chegou ao poder com o apoio do ex-presidente Álvaro Uribe e que não definiu ainda uma candidatura viável.

O índice de desaprovação de Duque em janeiro era de 59%, segundo pesquisa Gallup para a "Semana". Em maio, em meio aos protestos contra a **reforma tributária**, chegou a 76%. Entre janeiro e maio o índice de aprovação de Duque mergulhou de 36% para 18%.

Para o presidente da Federação Nacional de Comércio da Colômbia, Jaime Alberto Cabal, o governo precisa agir de forma mais enérgica para conter o dólar, sob o

risco de a alta de preço nos insumos industriais importados se espalhar de modo generalizado pela cadeia econômica. "Seguramente, a alta de preços pode gerar efeitos inflacionários de longo prazo", disse Cabal, acrescentando que "é fundamental que o governo adote medidas para atrair divisas estrangeiras e estimular exportações".

Outro obstáculo para o governo está nos indicadores sociais. Agravada pela pandemia de covid-19 - que causou mais de 123 mil mortes no país até agora - a pobreza cresceu de 36% da população para 43%, entre 2019 e 2020.

Nos últimos meses, o quadro fiscal piorou muito rapidamente, porque o país não tem carga tributária para sustentar as demandas sociais que se impuseram mais profundamente com a pandemia. "Esse quadro fiscal deteriorado, aliado a uma dívida cujo estoque hoje é metade em dólar, em um país que importa boa parte do seus bens de consumo, são limitadores para um crescimento robusto sustentado", afirma Camargo.

Para César Ferrari, professor de economia da Universidade Javeriana de Bogotá, a desvalorização acentuada do peso terá um impacto ainda maior na popularidade do governo de Duque. "A alta do dólar resulta diretamente na queda do ingresso real das famílias, numa situação já precária causada pela crise sanitária", diz. "Não existe um ambiente de confiança que permita ao governo uma reversão da tendência de deterioração econômica, num cenário de queda do PIB estimada em 6,8% em 2020."

Nesse contexto, diz Ferrari, cresce a chance de uma eleição de Petro. "O atual governo perdeu oportunidades ao entrar em choque, por exemplo, com o legado do período de Juan Manuel Santos - como a consolidação dos acordos de paz com as Farc, o que traria ganhos em termos econômicos e sociais", explica. "A rejeição a Duque é tão forte que favorece aquele que é o exato oposto a ele - a posição hoje ocupada por Petro."

Para Camargo, da Oxford, falhas de comunicação pioraram a imagem do governo, até mesmo no que se refere ao combatido pacote tributário - que inicialmente previa um aumento de arrecadação de US\$ 6 bilhões e, na versão final, elevava a receita em US\$ 4 bilhões.

"A proposta obedecia a recomendações da OCDE, que procura aumentar a carga tributária por meio do

VALOR ECONÔMICO / SP - INTERNACIONAL - pág.: A13. Seg, 16 de Agosto de 2021 REFORMA TRIBUTÁRIA

fim de isenções e ampliação da base de arrecadação, para ampliar políticas de renda mínima, como o Ingresso Solidário [equivalente ao Bolsa Família do Brasil]", declarou Camargo. "Mas o encaminhamento apressado e a comunicação acabaram se tornando os reais vilões desse projeto."

Site

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186980?page=1§ion=1

Peso colombiano sob pressão

Cotação diária peso vs US\$



Fonte: Superintendência Financeira de Colômbia. Elaboração: Valor Data.

Busca de relação harmônica com os contribuintes (Artigo)

EDUARDO GONZAGA OLIVEIRA DE NATAL, É Mestre em Direito Tributário PUC/SP e Presidente do Comitê de Transação Tributária e Outros Meios de Solução de Litígios Tributários da ABAT - Associação Brasileira de Advocacia Tributáriaa

O Brasil está no topo do ranking da burocracia fiscal, de forma que são inúmeras as obrigações acessórias que as empresas devem entregar em âmbito federal, estadual e municipal, sem mencionar a complexidade e a sobreposição de informações exigidas pelos respectivos órgãos de administração tributária.

O PAC/PJ, uma iniciativa inédita da Receita Federal, institui um canal de auxílio para as empresas quanto ao cumprimento das obrigações tributárias federais, evitando riscos fiscais e penalidades como multas em face do descumprimento de obrigações acessórias. Através do PAC/PJ a empresa que apresentar alguma incongruência nas informações prestadas ao Fisco ou até mesmo a falta de declaração/informação, será notificada para retificar ou sanar a informação antes de mesmo de ser autuada.

Notificações prévias por parte da Receita Federal permitirão que as empresas possam atuar em conformidade legal, cumprindo suas obrigações espontaneamente e reduzindo os riscos de autuações fiscais e dos percalços de eventual contencioso tributário. Neste passo, vale lembrar que as multas por descumprimento de obrigações acessórias federais são calculadas com base em percentuais sobre a receita bruta ou sobre o valor da operação correspondente e, ainda que tenham um limite de valor, implicam em valores bastante elevados na hipótese de serem aplicadas por meio de autos de infração.

A Escrituração Contábil Fiscal de 2021 (ECF/2021) já está amparada pelo PAC/PJ e deve ser entregue até 30 de setembro deste ano. Por conseguinte, as pessoas jurídicas que não possuem registro na ECF quanto ao exercício de 2020 passarão a ser comunicadas sobre as informações que devem constar na ECF/2021, dessa forma, diminui-se a exposição das empresas a ações de fiscalização pelo incorreto preenchimento desta obrigação.

Ao nosso ver, as empresas optantes pelo lucro presumido e aquelas inscritas no simples nacional,

podem ser as mais beneficiadas por este programa, uma vez que a regularidade fiscal destas nem sempre é robusta o bastante para atender a todas as complexas e burocráticas exigências fiscais.

As notificações do PAC/PJ acontecerão via sistema E-CAC, independente de adesão, e somente quanto às obrigações acessórias decorrentes de **tributos** federais. Como esta medida vem em favor do contribuinte, é importante que este esteja sempre atento à sua caixa de mensagens do E-CAC para que não perca a oportunidade de atender às orientações prévias conforme informação do Fisco, evitando assim futuras autuações.

Portanto, em que pese o excesso de complexidade enfrentado pelo contribuinte brasileiro, que certamente merece atenção pelas propostas de <u>reforma tributária</u> atualmente debatidas, o PAC/PJ revela interessante iniciativa da <u>Receita Federal</u> na busca de uma relação mais harmônica com os contribuintes.

EDUARDO GONZAGA OLIVEIRA DE NATAL, É Mestre em Direito Tributário PUC/SP e Presidente do Comitê de Transação Tributária e Outros Meios de Solução de Litígios Tributários da ABAT - Associação Brasileira de Advocacia Tributária

Site:

https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index. jsp?serviceCode=login&edicao=116989

Sem consenso, reforma do Imposto de Renda deve ser votada nesta semana

Bernardo Caram

Mesmo sob críticas de empresários e pressões contrárias de estados e municípios, o projeto de lei que reestrutura as cobranças do IR (Imposto de Renda) pode ser votado nesta semana pela Câmara dos Deputados.

Ainda sem um texto definitivo apresentado, a análise da reforma pelo plenário da Câmara está prevista para esta terça-feira (17). O relator da medida, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), passou o final de semana em reuniões sobre o tema.

Embora diversas alterações tenham sido feitas no último mês no texto proposto pelo governo, ainda há muita resistência contra a medida.

A CNI (Confederação Nacional da Indústria), por exemplo, vem pressionando para que a discussão sobre o tema seja aprofundada antes de uma análise no plenário da Câmara. Na tentativa mais recente de votação, a última versão da reforma foi protocolada no sistema do Legislativo menos de 24 horas antes da sessão deliberativa.

A confederação afirma que o projeto vai na direção correta, mas pede novos ajustes no texto. A entidade quer uma redução maior no imposto cobrado das empresas e pede que a taxação de dividendos tenha alíquota de 15%, contra os 20% previstos na versão atual do texto.

A CNI ainda pede que não seja alterado o mecanismo do JCP (Juros sobre Capital Próprio), forma de distribuição de lucro a acionistas e que permite dedução de imposto pelas empresas. O substitutivo do texto revoga essa possibilidade.

O projeto também é alvo de reclamações de governadores e prefeitos. Como o IR é arrecadado pela **Receita Federal** e compartilhado entre União, estados e municípios, um corte nessa tributação gera perdas para os governos regionais.

O secretário do Tesouro e Orçamento, Bruno Funchal, afirmou que versão recente da reforma deveria gerar uma redução anual de arrecadação de aproximadamente R\$ 20 bilhões. Estados e municípios calculavam perda de R\$ 16,5 bilhões. Mas o texto já

sofreu nova mudança.

A Abrasf (Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais) se posicionou contra o projeto. A entidade afirma que os municípios perderão receitas e também pede mais tempo para ampliação do debate sobre a proposta.

Na sexta-feira (13), o ministro Paulo Guedes (Economia) tratou as críticas dos entes federativos e dos empresários à reforma como um sinal positivo que indica "um ponto de equilíbrio interessante" no projeto.

O ministro afirmou que governadores e prefeitos reclamam que perderão receitas por conta de um recuo na tributação estabelecido na reforma. Ao mesmo tempo, ele disse que donos do capital se posicionam contra a proposta sob o argumento de que pagarão mais **impostos**.

"Se proprietários de empresas estão dizendo que estão aumentando os <u>impostos</u> e estados e municípios estão contra a reforma porque os <u>impostos</u> estão caindo, eu acho que nós chegamos a <u>um ponto</u> de equilíbrio interessante. Não deve estar caindo nem subindo, porque se os dois estão reclamando, possivelmente estamos em um ponto de equilíbrio interessante", afirmou em entrevista à Jovem Pan.

Na última semana, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tentou colocar a proposta em votação, mas acabou adiando a análise. Ele indicou, no entanto, que o plenário da Casa terá que votar a medida mesmo que não haja consenso.

"Não há possibilidade de uma matéria tributária ter consenso no plenário. Ela vai ter maioria, o que, num projeto de lei, já é bastante primoroso e efetivo para que a população saiba que temos grandes chances de fazer muito bem a muitos setores, muitas pessoas, e produzir o primeiro passo da **reforma tributária** no Brasil", disse.

Entregue pelo governo no final de junho, a reforma do IR foi recebida com uma onda de críticas. A versão original apresentada pela equipe de Guedes, que trazia a taxação de dividendos e redução tímida no imposto das empresas, passou por diversas alterações.

FOLHA ONLINE / SP - MERCADO. Seg, 16 de Agosto de 2021 REFORMA TRIBUTÁRIA

O relator manteve a taxação de dividendos, que é

criticada por empresários, mas ampliou o corte do imposto sobre as companhias. O movimento, no entanto, desagradou estados e municípios.

Nova versão do texto permite que micro e pequenas empresas (que faturam até R\$ 4,8 milhões por ano) que recolhem **tributos** pelo chamado lucro presumido (regime simplificado) possam distribuir dividendos sem serem taxadas. O benefício era mais restrito na versão anterior.

Para compensar o impacto da nova mudança, o relator diminuiu o corte no IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica), de 9,5 pontos percentuais para 8,5. Com isso, a alíquota-base do IRPJ cairia de 15% para 6,5%.

Sabino tentou minimizar a resistência de estados e municípios apresentando o corte mais brando de IRPJ e inserindo, no lugar, uma redução de 1,5 ponto percentual na Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) -um tributo federal aplicado às empresas.

A mudança é explicada porque os recursos obtidos com o IRPJ são compartilhados com governadores e prefeitos e a CSLL, não. Com a redução na CSLL, a maioria das empresas veria esse tributo baixar de 9% para 7,5%.

O projeto original encaminhado pelo Executivo havia proposto uma redução bem mais modesta no IRPJ, dos atuais 15% para 12,5% em 2022 e 10% em 2023 e não tinha redução na CSLL. Mas empresários haviam reclamado dizendo que, com a taxação dos dividendos em 20% prevista pelo texto, teriam aumento de carga no fim das contas. COMO PODE FICAR O PROJETO DO IR

PARA PESSOAS FÍSICAS

Isenção para a baixa renda

Tabela do Imposto de Renda

Desconto simplificado

Dividendos

PARA PESSOAS JURÍDICAS

Redução de alíquota

PARA INVESTIMENTOS

JCP (Juros sobre Capital Próprio)

Fundos imobiliários

Come-cotas em fundos abertos e fechados

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

Carregando...

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

Carregando...

Site:

https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/08/sem-consenso-reforma-do-imposto-de-renda-deve-ser-votada-nesta-semana.shtml

'Conselheiros' deixam digitais em várias medidas do governo

Olhando retrospectivamente, é possível detectar as digitais do grupo de "conselheiros" do presidente Jair Bolsonaro em diversas medidas que o ministro da Economia, Paulo Guedes, teve de "agasalhar". Uma delas foi a decisão de subsidiar o gás de cozinha e o óleo diesel, em troca do aumento dos **tributos** pagos pelos bancos. Outra foi o atraso no envio da reforma administrativa ao Congresso, inicialmente previsto para o fim de 2019, sob a alegação de que o "timing político" era inadequado. Depois, quando a proposta foi finalmente enviada ao Legislativo em setembro do ano passado, integrantes do grupo agiram para excluir os atuais servidores da proposta oficial.

Também é possível identificar as suas digitais no Plano Pró-Brasil, elaborado com o aval de Bolsonaro pelo ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, chamado de "fura-teto" por Guedes, por defender a flexibilização do limite de gastos. No fim, o plano não foi implementado, mas gerou muita confusão na praça e escancarou a oposição feroz enfrentada por Guedes dentro do próprio governo.

O mesmo aconteceu com as demissões dos presidentes da Petrobras, Roberto Castello Branco, e do Banco do Brasil, André Brandão. O primeiro, indicado por Guedes, apesar de a empresa ser ligada ao Ministério das Minas e Energia, por defender uma política de preços para os combustíveis com base nas variações de mercado. O segundo, diretamente ligado a Guedes, por propor o fechamento de agências deficitárias da instituição.

Adversidades. De certa forma, é natural que o presidente discuta os principais assuntos da República com o grupo que lhe é mais próximo. O problema é que Bolsonaro, talvez mais do que os seus antecessores no Planalto, parece ser mais suscetível a tudo o que lhe chega aos ouvidos. Além disso, nem ele nem seus interlocutores mais frequentes compartilham com Guedes uma visão liberal da economia, ainda que, em público, muitas vezes, procurem demonstrar o contrário.

É certo também que, em Brasília, não é de hoje que o ministro da Economia (ou da Fazenda, até 2018), por ter a chave do cofre, torna-se alvo do "fogo amigo". Foi assim no governo Lula, quando a então ministrachefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, atracou-se com Antonio Palocci, seu colega da Fazenda, por causa de seu

programa fiscal.

Foi assim, também, no governo FHC, quando o então ministro do Planejamento, José Serra, torpedeava o ministro da Fazenda, Pedro Malan, por sua política fiscal austera, e até no governo militar, quando o então ministro da Agricultura, Antônio Delfim Netto, se estranhava com o seu colega da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, por não liberar recursos para a pasta.

A diferença, agora, é que o próprio Bolsonaro "põe pilha" nos ataques de seus colaboradores mais próximos à política econômica - e ainda faz isso publicamente, sem qualquer embaraço.

Diante das adversidades, porém, Guedes está mostrando que prefere contemporizar, para fazer o que for possível no governo, em vez de se manter fiel às suas ideias e convicções fora do ministério.

I Avalista do Planalto

Não é de hoje que o ministro da Economia, por ter a chave do cofre, vira alvo do "fogo amigo". A diferença, agora, é que o presidente "põe pilha" nos ataques de seus "conselheiros" à política econômica - e ainda faz isso em público.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

PEC disciplina gasto com precatórios, garante Paulo Guedes



Daniel Rittner e Cristiano Romero

O ministro da Economia, Paulo Guedes, diz que, sem a adoção de regras para o parcelamento de precatórios devidos pela União, despesa que tem crescido de forma vertiginosa nos últimos anos, o governo teria que recorrer a um "shutdown", isto é, à suspensão do funcionamento de órgãos públicos e até mesmo do pagamento de salários.

"Os precatórios são despesas obrigatórias da União decorrentes de decisão judicial em caráter definitivo. Não cabe ao Executivo discutir questões de mérito do Poder Judiciário. Mas, temos que cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal [que proíbe realização de despesa sem criação de fonte de receita] e o teto constitucional de gastos, que, desde 2017, limita a evolução do gasto anual à variação da **inflação**", explicou Guedes em entrevista ao Valor na sexta-feira.

"O espaço que eu tenho neste ano, entre despesas obrigatórias e o teto de gastos, é de RS 96 bilhões. Pegaram despesa de precatório de R\$ 55 bilhões em 2021 e passaram para R\$ 90 bilhões em 2022. Sem a solução que estamos propondo, ninguém recebe salário no setor público, nem ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Portanto, não se trata de acomodar despesas para pagar o novo Bolsa Família", assegurou.

Egresso de carreira bem-sucedida no mercado financeiro, Paulo Guedes diz não ter dúvida de onde venha a maior resistência às mudanças que o governo propôs nas regras de cobrança do Imposto de Renda tanto das empresas (IRPJ) quanto das pessoas físicas (IRPF): daqueles que chama de "super ricos", cerca de 20 mil cidadãos que, em 2019, receberam cerca de R\$ 360 bilhões em dividendos dos lucros das empresas onde detêm participação acionária.

A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: O que o senhor quer com a tão criticada reforma do Imposto de Renda?

Paulo Guedes: O primeiro princípio é o da neutralidade. Não quero arrecadar mais. Pelo contrário, como percentual do <u>PIB</u>, a carga pode até cair. Mas, vamos às justificativas. Os <u>impostos</u> corporativos [IR sobre lucro das empresas] estão em queda, no mundo inteiro, há quatro décadas. Vieram de patamar ligeiramente superior a 40%, no pósguerra, para uma média hoje de 23% a 24% nos países da OCDE. Para se ter uma ideia, Ronald Reagan [presidente dos EUA de 1981 a 1989] foi ovacionado por ter reduzido o "corporate tax" a 35%. Por outro lado, hoje todos os países do mundo tributam lucros e dividendos, tirando a Letônia, a Estônia e o Brasil.

Valor: Mas as empresas aqui pagam PIS e Cofins, **tributos** que incidem sobre o faturamento, independentemente da ocorrência de lucro.

Paulo Guedes: É a filosofia de um país hostil aos empreendedores, que joga todos os impostos na empresa. Aqui, o dono é rico e a empresa é pobre. A gente nunca vai conseguir que os ricos queiram pagar. Hoje, as empresas pagam 34% - 24% de IRPJ, mais 10% de Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), um adicional de IR. Estou propondo reduzir dez pontos percentuais, para 24% no total-corte de 1,5 ponto na CSLL e de 8,5 pontos percentuais da alíquota do IRPJ. E, em compensação, taxaremos em 20% de IR de pessoa física os sócios das empresas. Este é o piso cobrado pelos países da OCDE.

Valor: Qual seria a vantagem da mudança?

Paulo Guedes: Há 25 anos os super ricos não pagam

nada. Podem dizer que o dono do dinheiro já paga na empresa. Mas esse é o ponto: eu não quero que a empresa pague, mas que o dono pague. O ideal é que e a empresa pague zero no mundo ideal e que as pessoas, donas das empresas, paguem progressivamente os ganhos de capital. Nem estamos fazendo isso. Estamos colocando 20% sobre R\$ 400 bilhões de dividendos por ano.

Valor: De onde vem esse valor?

Paulo Guedes: É o volume estimado de dividendos pago no Brasil. Em 2019, chegou a R\$ 360 bilhões. Há uma fatia de 20 mil contribuintes que ganham mais de 320 salários mínimos por mês [R\$ 320 mil ou R\$ 3,84 milhões por ano]. Eles têm renda declarada acima de R\$ 76 milhões, mas a alíquota efetiva de IR [depois de aplicar abatimentos com despesas como saúde e educação] que esse grupo paga é de apenas 1,6%. Se mantiver o capital aplicado na empresa, gerando investimento e lucros, os sócios não pagarão nada sobre dividendos. Ninguém deve ter vergonha de ser rico, mas, sim, de não pagar imposto.

Valor: A taxação de dividendos não pode desestimular a decisão de investir de quem possui capital?

Paulo Guedes: Se o ganho, o lucro, ficar na empresa, se for reinvestido, não paga nada. Estou tentando colocar o Brasil no padrão mundial. Quando o país entrar na OCDE, precisaremos fazer acordos para eliminar a bitributação. Se a gente não taxa dividendos, eles serão tributados todos lá fora. O princípio é claro: as empresas pagam menos e seus donos pagam mais. A reforma beneficiará 80% das empresas que hoje pagam IRPJ com base no lucro presumido. Trata-se de universo com 5 milhões de empresas, com faturamento anual até R\$ 4,8 milhões. Elas estão isentas de pagar dividendos e terão redução do IRPJ.

Valor: E os assalariados?

Paulo Guedes: O rendimento do trabalho paga imposto no Brasil. Hoje, quem ganha perto de R\$ 2 mil por mês já paga como pessoa física. No entanto, os rendimentos do capital pagam zero. Então, estamos aumentando o limite de isenção de R\$ 1.903,98 por mês para R\$ 2.500, uma correção de 31,3%. Com isso, 14 milhões, de 32 milhões de pessoas que hoje pagam IR no Brasil, ficarão isentas. Mas, a carga será reduzida para todos os 32 milhões, uma vez que a tabela é progressiva.

Valor: Quem mais se opõe hoje à reforma do IR?

Paulo Guedes: Estados e municípios, porque disseram aos governadores que a arrecadação do IRPJ vai cair,

então, eles e as prefeituras receberão menos repasses por meio dos fundos de participação. Eles estão cometendo erro de avaliação porque a base de cálculo do IRPJ aumentará com a reforma, isto é, não haverá mais deduções como ocorre hoje. E, se continuarmos a fazer as reformas, o Brasil vai sustentar bom ritmo de crescimento, o que também aumentará a base de incidência dos <u>impostos</u>. Os governadores estão achando que, com a queda das alíquotas, a arrecadação vá cair. Isso é um erro.

Valor: Os juros de longo prazo subiram nas últimas semanas, refletindo preocupação com a situação fiscal.

Paulo Guedes: O FMI veio aqui no ano passado prevendo queda de 9,7% do PIB, contra 4% dos países avançados. Quando chegamos, em 2019, o déficit primário [receitas menos despesas, exceto gasto com juros] era 2% do PIB. Assumimos compromisso de derrubara dívida pública, fazendo como o setor privado.

Valor: Com o se faz isso?

Paulo Guedes: Por meio de uma correção do balanço patrimonial (em inglês, "balance sheet repair"). Se a Petrobras tem uma dificuldade, faz um desinvestimento [corta um investimento que estava previsto], vende a BR Distribuidora e reduz suas dívidas. O Brasil tem que ser do mesmo jeito. Botamos os bancos públicos para desalavancar, "despedalamos" o BNDES, o Banco do Brasil, a Caixa.

Valor: O que seria "despedalar"?

Paulo Guedes: É obrigar os bancos estatais a anteciparem o pagamento do que devem ao Tesouro. A relação dívida bruta-PIB caiu de 76,4% para 75,4% no primeiro ano de governo. O déficit primário veio de 2% para 1 % do PIB. No ano passado, por causa dos gastos com a pandemia, subiu para 10,5% do PIB. Agora, o pessoal do FMI veio, viu os números e ficou surpreso.

Valor: Por quê?

Paulo Guedes: Porque, depois de termos um déficit primário de 10,5% do <u>PIB</u> em 2020, em 2021 cairá para 1,7% em 2021 e, em 2022, a previsão é 0,2% do <u>PIB</u>. Estamos praticamente zerando o primário, depois de oito anos de déficit. Neste ano, o <u>PIB</u> deve crescer acima de 5%. Se crescermos 3%, 3,5% no ano que vem, a dívida cai abaixo de 80% do <u>PIB</u>. O FMI está impressionadíssimo. Criamos um milhão de novos empregos formais, em média, a cada quatro meses. As vendas do varejo estão explodindo.

Valor: Por que, então, o juro longo sobe neste momento?

Paulo Guedes: Se olharmos objetivamente a economia, os sinais são de força e vigor. O fiscal não está fora de controle. Vejam os dados. Os números não dizem isso. A explicação está na politização, na agudização da política e do clima eleitoral. A minha hipótese de trabalho, desde o dia em que cheguei aqui, é uma só.

Valor: Qual?

Paulo Guedes: A democracia brasileira é robusta, resiliente, mesmo que alguns atores cometam excessos. Somos indivíduos, seres humanos, todos cometemos equívocos. Presidente pode cometer equívoco, ministro idem, integrante do Poder Judiciário pode cometer equívoco, presidente da Câmara ou do Senado. Mas, as instituições estão evoluindo o tempo inteiro. Quando um ator específico comete excessos, do outro lado, as instituições se armam e cobram um recuo.

Valor: Mas, de novo: os juros estão subindo.

Paulo Guedes: Vamos para o político. De um lado, Lula (PT) aparece à frente nas pesquisas eleitorais. De outro, a reação aqui dentro é a tentação de jogar o Bolsa Família para R\$ 400, o mercado especulando se vamos furar o teto. Não tem nada que ver com a realidade econômica. É um efeito colateral da guerra política, da antecipação eleitoral. Isso leva alguns atores a cometerem excessos, mas logo vem outro e penteia o cabelo de todo mundo.

Valor: Há risco de golpe?

Paulo Guedes: Zero.

Valor: É forte a pressão dentro do governo para gastar mais?

Paulo Guedes: Curiosamente, à medida que aumenta o "negacionismo" de fora sobre o que estamos conseguindo fazer [na economia], acabaram as guerras internas e todo o mundo se deu conta da injustiça que estão fazendo conosco. Já vacinamos mais gente do que os Estados Unidos. Mas, aqui, se o presidente não usa máscara em alguma ocasião, é chamado de genocida.

Valor: O senhor garante que não há possibilidade de furar o teto?

Paulo Guedes: Se os fundamentos econômicos estão assim, qualquer deslocamento de juro futuro é atribuível à ruptura desses fundamentos. A realidade

econômica não justifica isso. O que faria essa ruptura? Uma crise política. Uma parte é desinformação porque muita gente não entendeu a questão dos precatórios, por exemplo, e outra parte é antevisão do problema político. É uma leitura de que, se vier o Lula, fura-se o teto. E de que o Bolsonaro, para bater o Lula, levará o Bolsa Família a R\$ 500 ou R\$ 600. Não é isso que estamos fazendo. Toda informação tem um sinal: o que está acontecendo de verdade e o barulho. O barulho deste momento é: "Olha os precatórios! O governo vai dar calote".

Valor: Como o senhor responde a esta percepção, de que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que adia o pagamento de precatórios, é um calote?

Paulo Guedes: Os precatórios são despesas obrigatórias da União decorrentes de decisão judicial em caráter definitivo. Não cabe ao Executivo discutir questões de mérito do Poder Judiciário. Mas, temos que cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal [que proíbe realização de despesa sem criação de fonte de receita] e o teto constitucional de gastos, que, desde 2017, limita a evolução do gasto anual à variação da inflação. O espaço que eu tenho neste ano, entre despesas obrigatórias e o teto de gastos, é de R\$ 96 bilhões. Pegaram despesa de precatório de R\$ 55 bilhões em 2021 e passaram para R\$ 90 bilhões em2022. Sem a solução que estamos propondo, ninguém recebe salário no setor público, nem ministro do Supremo. Portanto, não se trata de acomodar as despesas para poder pagar o novo Bolsa Família.

Valor: Esta já seria uma boa justificativa, não ministro?

Paulo Guedes: Sim, mas o que estamos impedindo é um "shutdown" [fechamento de órgãos públicos]. É o contrário de indisciplina fiscal. O que eu fiz é o inverso do calote. Para garantir o recebimento dos precatórios a quem tem esse direito, demos previsibilidade. Com tudo corrigido e dando opções.

Valor: Não prejudica quem tem direito a receber pequenos valores em precatório da União?

Paulo Guedes: De forma alguma. Precatórios de até R\$ 66 mil serão pagos automaticamente. São 85% dos que têm algo a receber da União. E vejam como funciona: a PEC diz que, apesar de haver esse limite, se sobrar espaço no orçamento, pagaremos quem tem até R\$ 450 mil a receber. Então, como sempre acontece no Brasil, não vão usar o pobre como escudo para defender o rico, dizendo que estamos prejudicando os pobres.

Valor: E qual será a regra para detentores de grandes valores?

VALOR ECONÔMICO / SP - ESPECIAL - pág.: A16. Seg, 16 de Agosto de 2021 TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Paulo Guedes: Se o precatório for acima de R\$ 66 milhões, recebe 15% à vista e o restante parcelado em nove anos. Criamos um fundo com parte do dinheiro das privatizações e da cessão onerosa que poderá, dependendo do fluxo de entrada, antecipar esses pagamentos. E o detentor dos precatórios ainda poderá usar esse crédito a receber na compra de imóveis da União que estamos começando a vender, na compra de ações de estatais que estão sendo vendidas, no abatimento de dívida no caso de Estados e municípios. Só não pode usarem pagamento de **impostos**.

Valor: Porque não?

Paulo Guedes: Eu sou liberal, não sou trouxa. Porque a arrecadação de <u>impostos</u> financia o fluxo de despesas. O que estamos propondo é o contrário de indisciplina fiscal. Precisamos de apoio do Congresso e do Judiciário. Já conversei com ministros do STF.

Valor: Qual foi a receptividade?

Paulo Guedes: Tive conversa extraordinária com o [presidente do STF, Luiz] Fux e com o [ministro] Gilmar Mendes. O ministro Gilmar disse: "O senhor não é o primeiro que vem aqui para isso. Meteoros caem. Pelo seu critério, já somos experimentados observadores astronômicos".

Valor: Porque "meteoros"?

Paulo Guedes: Porque a PEC dos precatórios funciona como uma atmosfera. Quando o "meteoro" [um volume elevado precatórios] se choca com a atmosfera, vira chuva de meteorito. Estilhaça tudo, vira R\$ 5 bilhões em um ano, R\$ 8 bilhões no outro. Colocamos uma camada de proteção. A partir de agora, nenhum meteoro que vier terá a capacidade de desestabilizar as contas do governo. Portanto, disciplinamos a trajetória de despesas futuras e quebramos curva potencialmente explosiva de gastos públicos. O que fizemos está em linha, inclusive, com decisão anterior do STF.

Valor: Qual decisão?

Paulo Guedes: Quando os "meteoros" caíram nos Estados e municípios, STF criou uma jurisprudência, ao determinar que governos estaduais e prefeituras passassem a gastar anualmente apenas 6% de suas receitas líquidas com precatórios. Ou seja, o STF já mandou parcelar os precatórios. O parcelamento é decorrente da inexequibilidade de se pagar a despesa de uma só vez.

Valor: Economistas defendem emissão de moeda ou de dívida nova para restringir o problema a este ano.

Não seria uma alternativa?

Paulo Guedes: Emitir moeda, pagar em dinheiro de uma vez só, causaria hiperinflação. Transformar isso em dívida pública federal faria a dívida-**PIB** dar um salto de cinco ou seis pontos percentuais de um ano para outro.

Valor: Como tem muito dinheiro de futuras privatizações, além de venda de imóveis e da cessão onerosa de petróleo, para entrar no fundo que será criado para pagar precatórios e abater dívida pública, isso não pode estimular a geração de mais precatórios?

Paulo Guedes: Acho que é o contrário, a regra desestimula. Acabamos com a indústria de profissionais dos precatórios. Quem é pequeno recebe. Quem é grande vai pensar duas vezes. Estão fabricando coisas malucas? Então, peguem a senha e entrem na fila.

Valor: Que mudanças o senhor pretende fazer no Sistema S?

Paulo Guedes: Vamos Iançar o BIP (Bônus de Inclusão Produtiva) e o BIQ(Bônus de Incentivo à Qualificação), em que a empresa escolhe: treinar o seu funcionário ou pagar o curso para o Sistema S.

Valor: De que forma?

Paulo Guedes: As empresas poderão deduzir de suas contribuições ao Sistema S [de 3% a 5% sobre folha] ao oferecerem cursos de qualificação aos funcionários. Ou o Sistema S vai treinar os garotos ou ficará sem caixa. Vamos botá-los [o Sistema S] para trabalhar.

Valor: Seria uma espécie de "Primeiro Emprego" sem que a empresa presa precise recolher FGTS?

Paulo Guedes: Esta é uma interpretação equivocada. Não é isso, é algo totalmente novo. É qualificação profissional na veia, uma bolsa de estudos, exatamente o que o jovem precisa. São dois milhões de jovens. O que não podemos permitir é que esses jovens parem no tráfico de drogas. Lá, não tem encargo trabalhista.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186980?page=1§ion=1

Bolsonaro reforça ofensiva para conquistar o Nordeste



Bolsonaro em Juazeiro do Norte: entrega de casas populares e discurso com ataques ao governador do Estad

Andréa Jubé e Matheus Schuch

A chegada do piauiense Ciro Nogueira (PP) à chefia da Casa Civil aumenta o time de ministros com base eleitoral no Nordeste, única região onde o presidente Jair Bolsonaro foi derrotado em 2018. Para tentar reduzir a vantagem local do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que iniciou mais uma caravana pela região neste domingo, Bolsonaro aposta no novo programa social que substituirá o Bolsa Família, no lançamento do vale-gás e na tentativa de se conectar com a região por meio dos ministros que são de lá.

"Não posso deixar de ressaltar o simbolismo da escolha de meu nome, por conta de minha origem", discursou Ciro Nogueira ao tomar posse no cargo mais importante do governo, no dia 4. "O Nordeste está no núcleo do poder", exaltou Nogueira, o sexto nordestino de uma equipe de 24 ministros.

Com 39,2 milhões de eleitores, a região Nordeste concentra o segundo maior eleitorado do país. Com 10,5 milhões de eleitores, a Bahia representa o quarto maior colégio eleitoral, onde Lula é hegemônico. Segundo pesquisa Datafolha divulgada em julho, considerados exclusivamente os eleitores da região, Lula desponta com 64% das intenções de voto no primeiro turno, contra 16% de Bolsonaro e 7% do exgovernador do Ceará Ciro Gomes.

A região está especialmente insatisfeita com o

governo. Segundo um levantamento divulgado no começo do mês pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), a pandemia impactou diretamente a renda de 59% dos moradores da região, principalmente jovens e mais pobres.

É na esteira desse descontentamento e em meio à baixa popularidade de Bolsonaro que Lula desembarcou ontem em Recife para conter, desde já, a contra-ofensiva bolsonarista junto ao seu eleitorado cativo. O líder petista visitará seis Estados da região em 11 dias.

Em contrapartida, Bolsonaro modifica o governo para tentar se conectar com esse eleitorado. O Nordeste não teve representantes no primeiro escalão até o início de 2020, quando o ex-secretário de Trabalho e Previdência Rogério Marinho, do Rio Grande do Norte, foi alçado ao Ministério do Desenvolvimento Regional com a missão de "cuidar do Nordeste". A indicação, com forte componente político, buscava azeitar a articulação com o Congresso e, simultaneamente, abrir portas para o presidente iniciar viagens aos nove Estados da região.

No começo do governo, Bolsonaro tinha receio de se expor em agendas públicas na região, onde os nove governadores são da oposição, admitiram interlocutores do presidente ao Valor. Depois das primeiras agendas com Marinho, porém, a recepção do povo surpreendeu o presidente. Segundo uma fonte do governo, a lógica virou: agora parte do Palácio do Planalto a cobrança aos ministérios por agendas para Bolsonaro visitar a região.

Em meados de 2020, com a pandemia em curso, e ainda sem apoio para aprovar até mesmo matérias simples no Congresso, o presidente recriou o Ministério das Comunicações para acomodar outro nordestino no primeiro escalão, Fábio Faria (PSD-RN), hoje um dos expoentes da tropa de choque governista.

Depois de Marinho e Faria, vieram o pernambucano Gilson Machado, ministro do Turismo; o paraibano Marcelo Queiroga, no comando da Saúde e do programa de vacinação; o pernambucano com base eleitoral na Bahia, João Roma, para a Cidadania, pasta-chave para a conquista do Nordeste, por meio do novo "Auxílio Brasil"; e Ciro Nogueira.

VALOR ECONÔMICO / SP - POLÍTICA - pág.: A08. Seg, 16 de Agosto de 2021 TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O "Auxílio Brasil", entretanto, ainda depende de muitos ajustes para suplantar o Bolsa Família criado por Lula, com o qual as famílias nordestinas convivem há 18 anos. Especialistas afirmam que as informações disponíveis até agora sobre o novo programa geram insegurança: o valor do benefício será fixado por decreto e não há critério objetivo para definir pobreza e extrema pobreza.

Muito além da emparia que tenta estabelecer com a ajuda dos ministros nordestinos, Bolsonaro sabe que melhorar a popularidade na região depende do sucesso do "Auxílio Brasil" e da recuperação do poder de compra das famílias. Nos últimos discursos em solenidades e nas entrevistas a rádios da região, ele admitiu a preocupação com a **inflação**, com a alta dos preços dos alimentos e do botijão de gás, que chega a R\$ 110.

Nos últimos dias, das 16 rádios e tevês para as quais Bolsonaro falou, sete são nordestinas. Só a Rede Nordeste retransmite para 400 emissoras locais.

Bolsonaro escolheu uma rádio do Rio Grande do Norte para anunciar, na semana passada, a intenção de garantir, a partir de 2022, ano eleitoral, um botijão de gás a cada dois meses aos beneficiários do novo programa. "A Petrobras terá um fundo de R\$ 3 bilhões para um vale-gás, a proposta está bem avançada", prometeu.

E assim como fez ao ser cobrado por caminhoneiros sobre a escalada do preço do diesel, o presidente culpou os governadores pelo alta do preço do gás de cozinha, na sexta-feira, em evento em Juazeiro do Norte, no Ceará, onde entregou casas populares. Ele orientou a plateia, para quem entregou casas populares, a cobrara redução de impostos do governador Camilo Santana (PT).

"Se ele [governador] pensasse em vocês e nos mais humildes, faria o que fiz com o imposto federal. É só zerar o ICMS do gás de cozinha. Seria um grande gesto", disparou.

Em março, decreto presidencial zerou a cobrança de PIS/Cofins do gás, o que significou naquele mês redução de R\$ 2,18 por unidade.

O vice-presidente do PT, deputado José Guimarães (CE), um dos coordenadores da caravana de Lula ao Nordeste, afirma que Bolsonaro deu tiro no pé ao falar mal de Camilo Santana no Ceará, onde o governador tem mais de 80% de aprovação popular.

Guimarães afirma que nenhuma estratégia bolsonarista terá força para tirar votos de Lula na região. Ele diz que Bolsonaro faz festa com chapéu alheio: em Juazeiro, teria entregado casas contratadas no governo Dilma Rousseff, além de inaugurar obras hídricas dos governos petistas, como canais da Transposição do Rio São Francisco.

Guimarães ainda duvida que o futuro "Auxílio Brasil" vai superar o Bolsa Família. "Bolsonaro é um corpo estranho por aqui. O coração do nordestino bate é pelo Lula, que deu dignidade ao Nordeste."

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/1 86980?page=1§ion=1

Eleições na mira do radicalismo



» JORGE VASCONCELLOS

Pressionado por uma série de investigações e sem grandes realizações para mostrar no governo, o presidente Jair Bolsonaro se agarra, cada vez mais, ao discurso contra o processo eleitoral, ao mesmo tempo em que emite sinais de que reconhece o risco de derrota na disputa de 2022. Os reiterados ataques dele à democracia mantêm o país sob tensão e assombrado pela ameaça de uma nova ruptura institucional, mais de três décadas após o fim da ditadura militar (1964-1985).

Os últimos episódios da crise política sinalizam que o clima de instabilidade entre os Poderes deve se agravar ainda mais. Bolsonaro intensificou a ofensiva contra a cúpula do Judiciário depois que o aliado Roberto Jefferson - ex-deputado e presidente nacional do PTB - foi preso por ordem do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). O chefe do Executivo anunciou que, nesta semana, pedirá ao Senado a abertura de processos de impeachment contra o magistrado e o também ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e membro do Supremo.

Ao mesmo tempo, Bolsonaro continua insuflando apoiadores a não respeitarem o resultado das eleições se não for adotado o voto impresso, depois de prometer ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), respeito à posição do plenário da Casa, que rejeitou, na semana passada, a proposta de emenda à Constituição (PEC), que previa essa mudança no sistema de votação.

Outro preocupante foco de tensão é a pressão contínua de Bolsonaro para que os militares engrossem os questionamentos sobre a lisura das eleições e apoiem o seu projeto autoritário. Na

semana passada, o chefe do Executivo afirmou que as Forças Armadas são um "poder moderador" e devem "apoio total às decisões do presidente para o bem da sua nação".

O discurso de Bolsonaro contra o sistema eleitoral tem sido interpretado, no meio político, como argumento para contestar uma eventual derrota na próxima corrida presidencial. As últimas pesquisas apontam para o favoritismo do seu principal adversário, o expresidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Nas ofensivas contra o Judiciário, o chefe do Planalto tem acusado STF e TSE de atuarem para favorecer o retorno do petista ao poder.

Enquanto o negacionismo eleitoral de Bolsonaro domina as atenções de boa parte do país, problemas urgentes que afetam todos os brasileiros aguardam respostas do governo, como a tragédia da pandemia da covid-19, o desemprego recorde e a escalada da **inflação**. São mazelas também relacionadas aos baixos índices de popularidade do presidente, que se vê pressionado a prosseguir com o discurso agressivo, na tentativa de manter, pelo menos, o apoio dos bolsonaristas mais radicais.

Para o cientista político André Pereira César, da Hold Assessoria Legislativa, o fato de a Câmara ter rejeitado a PEC do voto impresso não foi, necessariamente, uma derrota de Bolsonaro. "Na verdade, para ele, foi o melhor dos mundos. Primeiro, porque mantém o discurso contra o sistema eleitoral. Além disso, o placar da votação foi apertado, o que poucos esperavam. Então, nesse sentido, o resultado dá a ele mais força ainda para manter esse discurso voltado aos apoiadores mais radicais e fiéis", disse o analista.

César destacou, porém, o fato de o Judiciário dar demonstrações de que os ataques à democracia não ficarão impunes. Ele citou como exemplo a detenção do presidente do PTB. "Com a prisão do Roberto Jefferson, a Justiça manda um recado claro de que não se deve brincar com a democracia, porque democracia é coisa séria. Foi um recado ao presidente: "Até aqui você vai, mas, se continuar com essa conversa, pode ter problemas sérios"", frisou. "É um sinal de que as instituições, ou parte delas, estão querendo demonstrar que nós temos uma linha, da qual não se deve passar. A gente deve ter os próximos meses de mais tensão, mais esgarçamento, mais puxada de corda."

Investigações

Bolsonaro é alvo de quatro inquéritos no STF e um no TSE, por suposta interferência na Polícia Federal, pelo escândalo da vacina indiana Covaxin, por fazer ameaças às eleições e por ter vazado inquérito sigiloso da PF.

Renato Ribeiro de Almeida, professor de direito eleitoral e advogado, ressaltou que todas as acusações do presidente contra o sistema eleitoral são comprovadamente inócuas, já que não se tem registro de fraude desde 1996, quando começou a votação eletrônica. Ele também considerou importante a iniciativa do TSE de anunciar um conjunto de medidas para ampliar a participação de partidos políticos na fiscalização das eleições.

O advogado comentou, também, sobre possíveis consequências ao mandato de Bolsonaro das investigações conduzidas pelo STF e pelo TSE. "Em relação a atingir o mandato presidencial, ora corrente, ainda é cedo para dizer, porque nós temos uma situação de que o presidente foi incluído como investigado, e não na condição de réu nos processos", explicou. "Mas, ao que parece, estão se trazendo grandes provas a respeito da participação direta do presidente nessa questão e, se esses inquéritos forem para frente e se tornarem ações penais, isso, sim, pode comprometer, eventualmente, o mandato do presidente."

Juliano da Silva Cortinhas, do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IRI/UnB), enfatizou que analistas estrangeiros, imprensa internacional e governantes de outros países acompanham com muita preocupação a escalada autoritária de Bolsonaro. De acordo com ele, os ataques do presidente à democracia podem agravar, ainda mais, os problemas já enfrentados pelo Brasil por conta de recentes retrocessos na política ambiental, na diplomacia e nos direitos humanos. A redução da margem de investimentos estrangeiros no país é um desses efeitos que, conforme o docente, podem se aprofundar.

"O Brasil não é visto mais como um país com o qual seja interessante negociar. Temos cada vez menos espaço de atuação nas organizações internacionais. De vários lados, de várias frentes, temos perdido capacidade de atuação, porque temos sido considerados pária internacional, um país não desejável nas mesas de negociação. E isso já tem nos trazido prejuízos e, no médio e longo prazos, tende a trazer ainda mais."

Segundo Juliano Cortinhas, é importante que o Judiciário e o Legislativo adotem providências com

urgência para que a comunidade internacional volte a confiar na democracia. "É claro que o Brasil não vai ser completamente isolado, porque é um parceiro comercial importante para países europeus, para a própria China, para os Estados Unidos, mas, por outro lado, politicamente, a gente perde cada vez mais espaço", frisou.

Para ele, "o que precisamos, neste momento, é justamente o aumento do nosso espaço internacional, da nossa capacidade de atração de investimentos para sairmos, de forma mais rápida, desse processo de crise profunda colocada pela covid em todo o mundo". Cortinhas conclui dizendo que "em um momento de crise, a capacidade de superação dos países depende de boas parcerias políticas e comerciais, e o Brasil não as tem mais. Não as tem por total incompetência do governo atual".

Milícias digitais

O ex-deputado Roberto Jefferson usa as redes sociais para atacar magistrados e pregar o fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF). Por isso, foi preso no inquérito que apura a atuação de milícias digitais, um desdobramento da investigação sobre atos antidemocráticos.

Promessa

Na segunda-feira passada, um dia antes da votação da PEC no plenário da Câmara, o presidente da Casa, Arthur Lira, contou ter recebido do chefe do Planalto a promessa de que ele aceitaria a decisão dos deputados, qualquer que fosse. "Bolsonaro me garantiu que respeitaria o resultado do plenário. Eu confio na palavra do presidente da República ao presidente da Câmara", declarou, em entrevista à CBN.

Economistas reduzem projeções para o PIB - MERCADO S/A



AMAURI SEGALLA

Os economistas e o mercado financeiro têm aumentado seu nível de insatisfação com o governo Bolsonaro. A dificuldade, ou a falta de interesse, para colocar em prática uma agenda minimamente liberal, a permanente tensão em Brasília e a somatória de indicadores negativos - <u>inflação</u> alta, desemprego recorde, risco fiscal elevado e baixas taxas de

investimentos, para citar apenas alguns - fizeram com que a turma do capital olhasse a atual gestão com espírito um pouco mais crítico. Ninguém mais acredita que o país viverá taxas de crescimento satisfatórias no futuro próximo. Para a MB Associados, a perspectiva de avanço do PIB em 2021 caiu de 1,8% para 1,4%. "É um padrão medíocre", resume Sergio Vale, economista-chefe da consultoria. O Credit Suisse reduziu sua previsão de 2,5% para 2%, e outros bancos certamente seguirão o mesmo caminho. Para piorar, 2022 é ano de eleição, e o cenário tende a ficar ainda mais turbulento.

"Aprendi duas coisas com meu pai. O primeiro e principal objetivo é sobreviver. O segundo é que, em tempos anormais, cumprir as regras pode ser perigoso"

George Soros, magnata húngaro, ao lembrar que teve de usar um nome falso para sobreviver à Segunda Guerra

Minas terá primeiro condomínio residencial vinícola do país

O distrito de Macaia, a pouco mais de 200km de Belo Horizonte, terá a primeira vinícola dentro de um condomínio residencial do Brasil. Trata-se do projeto Vivert, no condomínio Vivert Reserva da Mata, entre os municípios de Lavras e Bom Sucesso. Com investimento de R\$ 80 milhões, o vinhedo começou a tomar forma com a plantação de quatro hectares de uvas sauvignon blanc e syrah, mas a meta é ter mais quatro variedades em 2022. O curioso é que os moradores poderão comprar cotas da vinícola.

É mais barato produzir máquinas na Alemanha do que no Brasil

Um levantamento realizado pela Abimaq, principal associação do setor de máquinas e equipamentos, mostra os absurdos do custo Brasil. Produzir uma máquina na Alemanha é 26% mais barato do que em território brasileiro. Na China, a diferença está em torno de 40%. Isso, obviamente, afeta a competitividade do produto nacional e afasta potenciais investidores estrangeiros. Qual é o sentido de abrir uma fábrica no país se os custos são tão elevados? O governo está longe de desatar esse nó.

ECONOMIA

Universidades americanas estão de olho em estudantes brasileiros

Em 25 de agosto, os representantes de 80 universidades americanas promoverão evento on-line e gratuito - a Feira Virtual EducationUSA - para divulgar oportunidades de vagas e bolsas de estudos nos Estados Unidos. As inscrições podem ser realizadas diretamente na página do evento na internet. Atualmente, 16 mil brasileiros estudam nos Estados Unidos, o que faz do Brasil o nono país que mais envia alunos para lá. Para embarcar, é preciso apresentar teste negativo para covid-19.

R\$ 431,5 bilhões

é o investimento previsto no setor brasileiro de telefonia até 2024, segundo a Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brasscom)

Rapidinhas

- » Em meio aos debates sobre o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, a FGV promove, hoje, o evento virtual "O Futuro da Indústria na Amazônia Brasileira", que terá a participação do presidente da Federação das Indústrias de Rondônia (Fiero), Marcelo Thomé de Almeida, e do secretário do Ministério da Economia, Jorge Luiz de Lima.
- » Marcelo Thomé diz que a conservação do meio ambiente passa pela valorização da cultura e dos negócios sustentáveis já existentes na região amazônica. A Fiero é uma das apoiadoras do Instituto Amazônia +21, iniciativa que será apresentada pela Fiero e pela Confederação Nacional da Indústria na próxima ExpoDubai.
- » A empresa mineira Vero Internet foi criada há dois anos, após a fusão de oito provedores de banda larga. Com o aumento da demanda por internet de maior velocidade no trabalho remoto, os negócios aceleraram. A empresa deixou as fronteiras de Minas Gerais e, agora, está presente nos três estados do Sul, totalizando 135 municípios atendidos e 420 mil clientes.
- » As fazendas de café mineiras estão sofrendo com a estiagem. Segundo projeções, a safra deste ano pode ser até 40% menor do que a de 2020. Não à toa, o preço internacional do produto subiu 30% na última semana de julho. Algumas lavouras tiveram 50% de suas plantações destruídas pela seca.

O ministro e seus delírios - FRANCISCO MORALES

FRANCISCO MORALES

Anualmente celebramos, em 11 de agosto, o Dia do Estudante. A data é boa para lembrar à sociedade brasileira que o seu futuro, e grande parte do presente, residem no estudo, na pesquisa, na ciência e na cultura, e homenagear, assim, os que acreditam e se engajam nessa tarefa. Serve, também, para lembrar a todos a nossa condição de "eternos aprendizes", da importância da atualização e da formação continuada durante toda avida. Isso que deram por chamar, de forma sofisticada, de "long-life-learning". Afinal, tratase de levar à prática o artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (10 de dezembro de 1948).

Posto isto, e como consequência, os investimentos no campo da educação devem ser protegidos e, na medida do possível, incrementados. Num país como o Brasil, onde a educação e a cultura estão na rabeira das prioridades políticas do governo de Jair Bolsonaro, isso vai, tragicamente, na contramão. A política governamental atual é uma política (mal) intencionada e com claros sinais de retrocesso, com o desmantelamento da qualidade do ensino, mormente do já precário ensino público, e da desconstrução do pensamento crítico e científico, dos bens culturais e das suas instituições no país. Como diz Demerval Saviani, filósofo e pedagogo brasileiro, "o governo atual fez retroceder a educação para 1940".

É nesse contexto que devemos entenderas declarações do ministro da Educação, Milton Ribeiro, em entrevista concedida à TV Brasil no passado dia 10 de agosto, afirmando que "a universidade deveria, na verdade, ser para poucos, nesse sentido de ser útil à sociedade". Ele defende que as verdadeiras "vedetes" do futuro serão os institutos federais, capazes de formar técnicos. Vocês, para lá, os poucos, para cá!

As reações do mundo acadêmico e político não se fizeram esperar, dada a infelicidade das afirmações e o intuito autoritário e excludente. Do meu ponto de vista, devemos entender essas afirmações num contexto maior, que aponta para um quadro desolador para o futuro da educação no Brasil. Vejamos, senão, alguns dados:

- O atual ministro da Educação, Milton Ribeiro, é o quinto a ocupar essa carteira em menos de três anos

de governo Bolsonaro. Tanto ele quanto os anteriores, personagens sem destaque no mundo da educação brasileira e subservientes a um projeto político negacionista, excludente e de atraso. Nenhum tipo de projeto coerente, confiável e necessário para os problemas atuais da educação brasileira.

- A PEC do Fim do Mundo (241), aprovada em 2016 pelo governo **Temer** e implementada pelo governo atual, congelou os gastos (investimentos) em saúde e educação por 20 anos, inviabilizando o Plano Nacional de Educação cuja meta determinava 10% do **PIB** em 10 anos, até 2024.
- A promoção da invasão de fake news nos meios de comunicação social de massa, como uma autêntica indústria da mentira, da desinformação e da manipulação da sociedade, base de um projeto sociopolítico voltado para as chamadas "classes privilegiadas". Devem ser "os poucos", aos quais o ministros e refere nas suas declarações.
- Pesquisas recentes apontam que 50% dos jovens estudantes veem o seu futuro profissional fora do Brasil, o que, somado à fuga de intelectuais, pesquisadores e cientistas do país, desenha um quadro de futuro bem complicado e difícil no que se refere à pesquisa, à educação, à ciência, à cultura e seus agentes.
- O número de inscritos para o Enem vem caindo drasticamente. Do seu pico em 2014, com 9,4 milhões de inscritos, aos 4 milhões para o Enem de 2021. Isso pode diagnosticar uma juventude cansada, desestimulada e sem perspectivas de futuro. No Brasil de hoje, milhares de alunos estão sendo forçados a trocar a sala de aula pelas ruas e semáforos do país, para ajudar no sustento familiar.
- O desinteresse e descaso do atual governo com os bens culturais do país é assustador: incêndio do Museu Nacional, idem da Cinemateca Nacional, nos computadores do CNPQ. Isso para não falar da destruição sistemática e programada dos bens naturais como a Amazônia e outras florestas e reservas médio ambientais.
- O ataque e extermínio sistemático dos povos originários, seus rituais e habitats, costumes e crenças, assim como contra às manifestações

folclóricas e religiosas dos descentes dos povos afro.

- -A desqualificação e a intervenção, sistemática e ideológica, em organismos como o Incra, Funai, IBGE, CNPQ, Fundação Palmares, Secretaria Nacional de Cultura, Funarte, leis de incentivo à Cultura e outras medidas, que apontam para um cenário catastrófico no que se refere à cultura e à educação no país sob o pretexto de pretensa "guerra ao marxismo cultural".
- Isso para não falar na ingerência na nomeação de reitores das universidades públicas, extenuação da política de quotas, etcétera.
- O ataque sistemático a pedagogos e estudiosos de reconhecimento universal, como Paulo Freire e outros, e a promoção de "intelectuais de terceira", alçados a iluminadores de um pensamento covarde, retrógrado e fundamentado no ódio.

Infelizmente temos que reconhecer que há uma "mortal coerência" (a "Necropolítica", de Achille Mbembe) do atual governo no que se refere ao modelo político, social, cultural e ambiental e o seu projeto de morte e exclusão, que está sendo seguido à risca.

O ministro da Educação, como servidor público que é, deveria estar a serviço do povo brasileiro, principalmente daqueles que mais precisam dos seus préstimos na área sob o seu comando. Lutar para promover uma educação universal, gratuita e de qualidade para todos, tanto no ensino fundamental quanto no superior; brigar por investimentos pesados na educação pública, que possibilitem o acesso de todos a instalações adequadas, materiais e programas de ponta, incluindo o mundo digital, profissionais bem remunerados e com carreiras valorizadas, formação permanente e uma longa lista. E retirar do debate esse entulho de "homeschooling", "escola sem partido" e outros assuntos menores que pouco ou nada interessam à grande maioria do povo brasileiro.

Aconselho ao senhor ministro e os seus subordinados a trabalharem a criatividade, muita banda larga e vontade de inovar como formas de acelerar o acesso ao ensino de qualidade e gratuito para todos. Recursos existem, mas falta vontade política de que a educação atinja a todos e não aos poucos de sempre. Essa é a educação com a que sonhamos! Mais sonhos e menos delírios, senhor ministro!

Site:

https://digital.em.com.br/estadodeminas/16/08/2021/p1

Tensão política, riscos fiscais e juro afetam projeções para PIB de 2022

Leonardo Vieceli

A crise política protagonizada pelo governo Jair Bolsonaro (sem partido), os riscos fiscais e os juros mais altos devem reduzir o crescimento da economia brasileira em 2022, indicam analistas.

Sinal disso é que estimativas para o <u>PIB</u> (Produto Interno Bruto) do próximo ano começam a ser revisadas com maior força para baixo.

Na sexta-feira (13), a consultoria MB Associados confirmou corte em sua projeção para o indicador em 2022. A alta prevista para o <u>PIB</u> passou de 1,8% para 1,4%.

Em relatório, a MB afirma que "a conjunção de crise política e econômica, com elevada taxa de desemprego e taxa de juros para conter a **inflação**, tirará crescimento do consumo e dos investimentos em 2022". A consultoria não descarta novos cortes na projeção.

"Na verdade, 1,4% significa dizer que voltamos ao padrão mediocre de crescimento que estamos tendo desde a saída da recessão em 2016. Com uma crise criada pelo próprio governo quando sinaliza uma política fiscal de má qualidade em conjunção com uma gestão que segue ameaçando padrões estabelecidos de democracia, o risco potencial é de termos que rever esses números ainda para baixo no futuro", diz o relatório.

À Folha, o economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale, ressalta que o país tem "muitos riscos" no horizonte de 2022. Nesse sentido, Vale cita a preocupação com os gastos públicos no ano eleitoral e lembra que a piora das condições fiscais pode pressionar ainda mais a **inflação**.

"A estabilidade macroeconômica está sob risco do ponto de vista fiscal. Vimos isso na discussão do Orçamento [neste ano], na discussão sobre o Auxílio Brasil com a questão eleitoreira. A política fiscal perdeu o trilho. Tudo isso no momento em que o Centrão está dominando", analisa.

A escalada da <u>inflação</u> tem sido puxada nos últimos meses pela energia elétrica. A conta de luz ficou mais cara devido à crise hídrica, que aumenta os custos de

geração de eletricidade.

Para tentar conter a **inflação**, que se aproximou de 9% no acumulado de 12 meses até julho, o Copom (Comitê de Política Monetária do Banco Central) passou a subir a taxa básica de juros. A Selic está hoje em 5,25% ao ano.

Em 2022, a taxa deve chegar a pelo menos 7,75%, projeta Vale. Na teoria, a Selic mais alta desestimula investimentos, já que encarece financiamentos.

Vale ainda menciona que aportes produtivos e geração de empregos são ameaçados pela crise política envolvendo o governo federal.

"O cenário de um presidente que ameaça a democracia não é positivo do ponto de vista do emprego. Essa celeuma política do presidente adiciona riscos e coloca o mercado de trabalho em um cenário complicado", comenta.

Na quinta-feira (12), o Itaú Unibanco também baixou sua projeção de crescimento do **PIB** em 2022. A alta prevista passou de 2% para 1,5%. Em relatório, o banco chamou atenção para possíveis impactos dos juros mais altos.

"Projetamos desaceleração do crescimento do <u>PIB</u> para 1,5% em 2022 (ante 2,0%), à medida que os fatores que impulsionaram o crescimento deste ano se esgotam. A revisão decorreu principalmente da nossa expectativa de juros mais elevados, o que deve levar a política monetária a ser restritiva para a atividade econômica no ano que vem", aponta o relatório.

"Vemos desaceleração do setor industrial global e queda de preços de commodities ano que vem. Por último, no próximo ano a atividade econômica não se beneficiará mais do impulso advindo da reabertura do setor de serviços, algo que, em nossa visão, ficará restrito ao segundo semestre deste ano", completa o banco.

A baixa nas expectativas também aparece no boletim Focus. A publicação reflete semanalmente a avaliação de analistas do mercado financeiro consultados pelo BC.

Conforme o boletim divulgado na semana passada, o

avanço esperado em 2022 passou de 2,1% para 2,05%. No começo de 2021, a previsão sinalizava crescimento de 2,5%.

Camila Abdelmalack, economista-chefe da Veedha Investimentos, associa a possível desaceleração à perspectiva de juros mais altos. Ela menciona que o avanço da Selic reflete o aumento da **inflação** e das incertezas fiscais, turbinadas pela crise política.

"A revisão para baixo de 2022 está associada à alta da Selic. Quando a gente fala de crescimento econômico, é difícil pensar em uma economia pujante com o juro mais elevado. Muitos empreendedores acabam postergando decisões de investimento", observa.

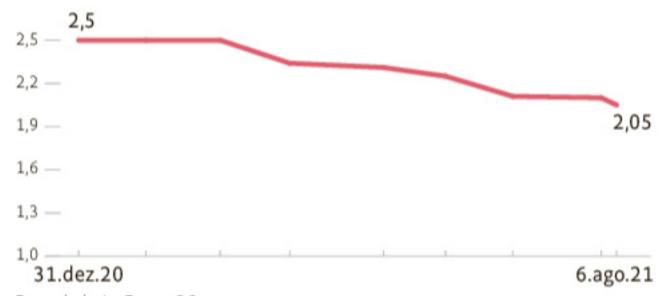
Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496 39

Projeções encolhem

Evolução das estimativas do mercado para alta do PIB de 2022

Em %



Fonte: boletim Focus, BC

Riscos para o investidor monitorar (Artigo)

DAN KAWA, SÓCIO DA TAG INVESTIMENTOS E ESPECIALISTA EM FUNDOS DE INVESTIMENTOS. GRADUADO EM CIÊNCIAS ECONÔ- MICAS, ATUA NO MERCADO FINANCEIRO DESDE 200

Se o crescimento surpreende positivamente, a **inflação** ainda é um problema. A alta de preços tem se mostrado mais persistente e espalhada do que o imaginado.

A inflação mais elevada levou o Banco Central a acelerar o processo de alta de juros, com uma elevação da taxa Selic, que atingiu o patamar de 5,25%. No campo político, os últimos dias foram marcados por um aumento da temperatura entre o Executivo e o Judiciário. Não podemos minimizar estes riscos, mas, por ora, ainda vejo esses eventos como ruídos.

O Brasil me parece apresentar instituições fortes, e não parece haver disposição de outros poderes (ou agentes) para aventuras antidemocráticas.

No mundo, vemos uma enorme dispersão em relação à evolução da pandemia. O avanço do processo de vacinação é desigual, com alguns países ainda convivendo com "segunda ondas" e outros já apresentando problemas com uma "terceira onda" e a necessidade de combater a variante Delta.

Com as informações que temos hoje, a variante Delta parece ser muito mais transmissível, porém não mais agressiva ou letal. Não parece existir "evasão imune" das vacinas, ou seja, as vacinas são efetivas e eficientes em evitar casos graves, hospitalizações e óbitos.

Ao que tudo indica, o vírus não será debelado totalmente no curto prazo, mas a sociedade tem aprendido a lidar com ele de forma que seus impactos econômicos, sociais e sanitários sejam muito menores do que aqueles verificados nas primeiras "ondas". Isso passa por um processo de vacinação em massa e medidas de contenção, quando necessárias.

Os EUA seguem apresentando dados satisfatórios e saudáveis de crescimento, mesmo que alguma acomodação seja natural e esperada nesta fase do ciclo econômico. Os dados de emprego divulgados recentemente mantêm vivas as expectativas para que o banco central americano inicie um processo de normalização monetária ainda este ano. Processos de redução de liquidez e alta de juros não precisam ser

necessariamente negativos, contanto que sejam bem telegrafados e pelo motivo "bom" de aceleração do crescimento.

O grande risco fica para a eventual necessidade de uma mudança drástica de postura, derivada de uma **inflação** muita mais alta do que o esperado, diante de um pano de fundo atual em que os preços e valuations dos ativos de risco se mostram pouco triviais.

Já a China está convivendo com uma desaceleração do crescimento, nova onda da pandemia, problemas no mercado de crédito e aumento da regulamentação imposta pelo próprio governo.

Não vejo nenhum desses vetores se dissipando no curto prazo, mas já observamos uma forte reação dos ativos chineses a esse cenário.

Assim, ainda espero bastante incerteza no cenário econômico e volatilidade para os ativos da China no curto prazo, mas continuo vendo o país como uma grande tese de investimentos e uma importante alocação estrutural, de longo prazo.

Parafraseado o grande investidor Howard Marks: Seguiremos investidos, mas com cautela!

DAN KAWA,

SÓCIO DA TAG INVESTIMENTOS E ESPECIALISTA EM FUNDOS DE INVESTIMENTOS. GRADUADO EM CIÊNCIAS ECONÔ- MICAS, ATUA NO MERCADO FINANCEIRO DESDE 200

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Depois da pandemia, investidor deve ficar mais conservador

WERUSKA GOEKING economia@oglobo.com.br

A pandemia de Covid-19 deixará marcas também no mundo das finanças. Pelo menos metade dos investidores (46%) pretende economizar mesmo depois que as restrições financeiras decorrentes da pandemia acabarem, e esse sentimento é ainda mais forte na faixa entre 18 e 37 anos (52%). Os dados são parte de um estudo global de investidores realizado pela Schroders e antecipado com exclusividade ao Valor Investe.

Para 29% dos entrevistados, o plano é manter os níveis de investimentos. Apenas 24% pretendem poupar menos. No Brasil, 58% dos entrevistados têm a intenção de investir mais. Destes, 47% têm interesse em ativos de baixo risco, e 42%, naqueles de alto risco.

Para Daniel Celano, diretor-presidente da Schroders Brasil, as pessoas passaram mais tempo pensando em sua situação financeira no último ano, e o aumento da incerteza sobre seus empregos as levou a valorizar mais uma reserva maior: -Isso ficou muito latente. A reserva (financeira) era para durar três meses, mas a crise já tem mais de um ano.

A perspectiva de ser mais conservador se estende aos planos de aposentadoria. No Brasil, 80% das pessoas que trabalham gostariam de economizar mais para esse período da vida, após sentirem no bolso os efeitos da pandemia. Globalmente, esse percentual ficou em 67%.

Entre aqueles que já estão aposentados, 58% se dizem mais cautelosos nos gastos devido à pandemia. Já 30% disseram não ter mudado, e 12% se consideram menos cautelosos agora.

O Estudo Global de Investidores da Schroders, que atua em 37 países e tem sob sua gestão US\$ 785 bilhões (R\$ 4,1 bilhões), entrevistou 23.450 pessoas que pretendem investir pelo menos 10 mil (R\$ 61,9 mil) nos próximos 12 meses e fizeram mudanças em seus investimentos nos últimos dez anos. A pesquisa foi realizada em 32 locais no mundo, entre 16 de março e 7 de maio deste ano.

Os investidores esperam ser mais bem recompensados por suas aplicações. Tanto que a

confiança dos investidores globais atingiu seu maior nível desde o início do estudo, em 2016, com expectativa de retorno médio anual nos próximos cinco anos de 11,3%, contra os 10,9% esperados em 2020. Para os próximos 12 meses, a expectativa média de retorno é menor, de 9%.

Quando separados por níveis de conhecimento em finanças, os investidores que se classificam como especialistas ou avançados esperam retorno anual médio de 12,8%. Os investidores iniciantes projetam 8,9%. Entre os intermediários, a expectativa é de 10,7%.

OTIMISMO NAS AMÉRICAS

Os investidores nas Américas foram os mais otimistas, esperando retornos totais anuais de 12,5% nos próximos cinco anos, seguidos pelos da Ásia, com 12,3%, e da Europa, com 9,7%. No Brasil, a expectativa de retorno total anual médio do investidor para os próximos cinco anos também ficou mais otimista, passando de 13,3% em 2020 para 14,6% este ano.

Segundo Celano, a forte recuperação de diversos ativos nos últimos meses influencia as perspectivas atuais. Além disso, a alta de preços registrada em vários países faz com que os investidores busquem investimentos que rendam acima da **inflação**.

Quando se considera a faixa etária, as maiores expectativas de lucro médio anual estão entre 38 e 50 anos, com 11,9%. Para aqueles com mais de 71 anos, cai para 9%. Celano, da Schroders, explica que é natural: -A pessoa que está aposentada ou em vias de se aposentar vai ter uma carteira mais conservadora e com menos ativos de crescimento.

O bom investidor sabe que não existe almoço grátis: para lucrar, é preciso se dedicar. Assim, 82% dos investidores em todo o mundo estão mais propensos a verificar suas aplicações pelo menos uma vez por mês. No Brasil, a porcentagem de investidores que checa seus investimentos pelo menos uma vez por semana subiu de 52% em 2019 para 68% neste ano. Para Celano, não há problema em checar os investimentos com frequência, desde que o investidor não entre em pânico com oscilações pontuais: - Se ele não usar as informações de curto prazo para decisões

de longo prazo, tudo bem. Quando você tem uma educação financeira, busca entender porque esses movimentos aconteceram. Fica mais fácil os ruídos não influenciarem adversamente o seu objetivo de longo prazo.

CARTEIRA PREOCUPA MAIS

Além disso, a preocupação com as finanças se tornou mais rotineira. Segundo o estudo da Schroders, 74% dos investidores em todo o mundo dizem ter passado mais tempo pensando sobre seu bem-estar financeiro desde o começo da pandemia. No Brasil, o percentual é de 86%. O país ficou atrás apenas da Tailândia (91%), índia e Indonésia (ambas com 88%).

Essa maior atenção aos investimentos e a busca por mais retorno devem puxar a demanda por serviços de assessores de investimentos, planejadores financeiros, conteúdos de educação financeira e tecnologias que facilitem o acompanhamento da carteira.

- O desafio será como entregar informações sem ser um bombardeio. No começo da pandemia, por exemplo, teve muita live, mas depois de alguns meses caiu o interesse -pondera Celano.

Á pesquisa também mostra a economia "forçada", que resultou das medidas de isolamento social para combater a pandemia. Dos investidores globais, 32% pouparam mais que o planejado, e 47% pouparam o que já esperavam. Entre os que economizaram menos que o planejado, 45% citaram a redução de salários ou rendimentos do trabalho como o principal motivo.

No Brasil, praticamente metade dos investidores (48%) poupou tanto quanto planejava, 27% pouparam mais do que esperavam e 25%, menos.

E, com a expectativa do fim das restrições de circulação, o que já é realidade em alguns países, 35% dos entrevistados projetam alta de gastos. No Brasil, essa proporção é de 29%. As incertezas que rondam a economia ajudam a explicar isso, diz Celano.

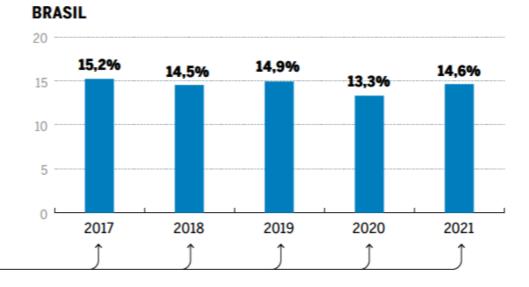
"A reserva (financeira) era para durar três meses, mas a crise já tem mais de um ano" Daniel Celano, diretorpresidente da Schroders Brasil

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

BRASILEIROS ESPERAM MAIS LUCRO EM SEUS INVESTIMENTOS

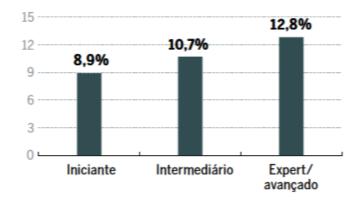
Expectativa média de retorno anual para os próximos **5 anos**



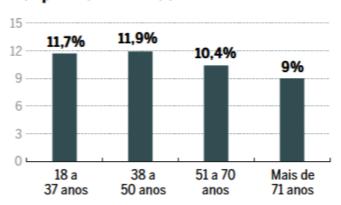


NO MUNDO

Por faixa etária



Por perfil de investidor



Fonte: Schroders Editoria de Arte

Integrantes da PF reclamam de uso político da corporação

Isadora Peron

As tentativas do presidente Jair Bolsonaro de utilizar investigações e relatórios da Polícia Federal (PF) para dar legitimidade à narrativa de que houve fraude nas urnas nas eleições passadas têm incomodado setores da corporação e reforçado a desconfiança de que há um aparelhamento no órgão.

A avaliação é de integrantes da PF ouvidos pelo Valor, entre delegados, peritos e servidores. Integrantes da cúpula do órgão reconhecem o desgaste, mas ponderam que os políticos tentam usar a credibilidade da PF a seu favor.

A reação mais dura até agora veio da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (ANPC), que divulgou nota para defender que a urna eletrônica é segura e não há evidências de fraude no processo eleitoral. O posicionamento aconteceu após a live do dia 29 de julho em que Bolsonaro reproduziu "fake news" sobre o sistema eleitoral. O que mais incomodou a categoria foi o fato de o ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, ter usado um relatório técnico para corroborar a tese apresentada pelo presidente.

Os peritos participam dos testes de segurança das urnas e, de fato, já defenderam a adoção do voto impresso como uma forma de dar mais segurança ao pleito. Na nota, porém, a entidade afirmou que a "identificação de falhas e vulnerabilidades não permite afirmar que houve, há ou haverá fraudes nas eleições".

Segundo o Valor apurou, a divulgação do posicionamento foi pensada para evitar a narrativa de que os peritos haviam encontrado fraudes nas urnas. Ou, em outras palavras, para que a categoria não fosse metida "nessa maluquice de fraude".

Para integrantes da PF, o grande problema é que os posicionamentos da corporação estão sendo "distorcidos" para se adequar ao discurso do presidente. A avaliação é que o debate sobre o voto impresso deixou de ser técnico e passou a ser ideológico. Eles apontam que Bolsonaro tem usado como "sinônimo de fraude" qualquer iniciativa que a PF tenha tido com o objetivo de aprimorar o sistema ou investigações abertas que envolvam o Tribunal

Superior Eleitoral (TSE).

Na semana passada, Bolsonaro divulgou a íntegra de um inquérito da PF que apura uma invasão hacker à corte eleitoral em 2018, com o discurso de que a investigação seria uma prova de que as urnas são passíveis de fraude.

O vazamento das informações levou o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), a abrir uma investigação sobre o caso e afastar o delegado que comandava a apuração. Internamente, a PF tem sustentado que o inquérito não tramitava sob sigilo e que as informações foram repassadas ao deputado Filipe Barros (PSL-PR) após ele formalizar um pedido.

A desconfiança em relação às ações da PF ficou evidente em junho, quando um ofício para que as superintendências regionais levantassem os inquéritos sobre fraudes nas urnas gerou novas suspeitas de interferência política no órgão.

O pedido foi enviado em meio às cobranças do TSE para que Bolsonaro apresentasse provas do seu discurso, mas fontes da corporação garantem que a solicitação partiu da própria Justiça Eleitoral.

A busca da Polícia Federal, no entanto, encontrou apenas uma única investigação sobre o assunto. O caso aconteceu durante as eleições municipais de 2012, em Vila Velha (ES), mas a conclusão do inquérito apontou para tentativa de estelionato, não de fraude.

Um ex-diretor-geral da corporação afirma que essa tentativa de cooptação por parte do governo tem gerado um desgaste "muito grande", não apenas para a PF, mas para outras instituições, como as Forças Armadas. "Você entra em um processo de desgaste contínuo. Os sinais não são bons. As desconfianças, agora, estão colando na imagem da instituição", diz.

A avaliação é compartilhada por outros integrantes da PF. "Nunca um governo pressionou tanto as instituições. Esse presidente, esse grupo que está comandando o Brasil, tem uma percepção das instituições como se fossem órgãos de governo", disse um delegado.

Segundo ele, a postura de Bolsonaro tem gerado um incômodo constante no órgão. "Óbvio que seria bom a PF não ser utilizada de nenhuma maneira nessas narrativas políticas, mas, infelizmente, utilizam, e não há muito o que fazer", lamenta. Como cidadão, ele diz temer como essa "narrativa política" de que as urnas foram fraudadas pode ser usada no futuro. "A gente tem medo até que seja uma desculpa para um golpe, para uma atitude antidemocrática."

Um dirigente de uma associação também afirma que a forma como o presidente tem tratado a corporação gera dúvidas sobre a independência do órgão. "A PF não pode ser usada politicamente para proteger ou perseguir alguém." Um outro delegado que já comandou a corporação não tem uma visão tão alarmista. Ele lembra que os diretores do órgão não têm poder de investigação-e que cada delegado tem autonomia para tocar as suas investigações. O delegado, no entanto, aponta que a Polícia Federal é muito "discreta", e não gosta de estar nos holofotes dessa maneira.

Ele admite, porém, que o discurso do presidente deve gerar mais "fake news" nas eleições de 2022 e defende que a melhor maneira de prevenir que esse discurso de fraude ganhe corpo é a Justiça Eleitoral investir na transparência e abrir o sistema de votação à verificação do maior número de pessoas.

Apesar do estado de aleita, um dos entrevistados ironizou a situação e disse que, se houve fraude em 2018, foi uma "operação fracassada", pois o presidente se elegeu, elegeu os filhos e a sua antiga legenda, o PSL, teve uma votação recorde.

Procurados, a Polícia Federal e o Ministério da Justiça não quiseram se manifestar. Um integrante da cúpula da PF, no entanto, diz que sabe que alguns colegas estão incomodados e que preferia que a PF "não estivesse no olho do furacão", mas defende que os inquéritos continuam sendo tocados com isenção. Ele ressalta que a credibilidade da corporação é um bem inegociável e que uma maneira de garantir isso seria o Congresso aprovar o projeto que prevê a autonomia funcional e administrativa da PF, com mandato fixo para o diretor-geral.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186980?page=1§ion=1

Senadores indicam veto às coligações proporcionais e contrariam deputados

Paulo Cappelli

Plenário do Senado: Em consonância com o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco, senadores criticam a volta das coligações proporcionais aprovada pela Câmara, o que deve gerar atrito Foto: Edilson Rodrigues / Agência Senado

BRASÍLIA - Senadores governistas e da oposição criticam a volta das coligações proporcionais, em consonância com o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e sinalizam que votarão contra a medida, se ela entrar em pauta. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) foi aprovada em primeiro turno pela Câmara na semana passada e a votação em segundo turno está marcada para amanhã. Para valer nas eleições do ano que vem, o texto precisa ser chancelado pelo Senado até outubro. A disposição dos senadores em não dar seguimento à medida promete ser mais uma fonte de atrito entre as duas Casas.

Derrubada pelo Congresso em 2017, a coligação proporcional permite, em sistema de aliança partidária, que candidatos menos votados, e muitas vezes sem afinidade ideológica, se elejam na esteira dos votos computados pelo conjunto de legendas que integram o bloco. Ao acabar com essa possibilidade, o objetivo dos parlamentares foi, junto com a aprovação da cláusula de barreira, reduzir o número de partidos, sobretudo os de aluguel.

Líder do PSDB no Senado, Izalci Lucas (DF) afirma que o apoio à volta das coligações proporcionais na Câmara não encontra eco no Senado, e diz que o modelo privilegia o "cálculo eleitoral" em vez da "afinidade programática":

- Os parlamentares (da Câmara) pensaram primeiro neles próprios. Qual a forma mais fácil de se reeleger? Com coligação. Ocorre que, pelo sistema de coligação, os partidos fazem aliança com base no cálculo de quantos deputados podem eleger, e não com base em conteúdo programático. São interesses eleitorais. Na Cidade Ocidental, em Goiás, o DEM fez coligação com o PCdoB em 2016. Ou seja, o eleitor vota em um liberal e acaba elegendo um comunista. Ou o contrário.

Na semana passada, o presidente do Senado disse

considerar a retomada das coligações proporcionais um "retrocesso". Sobre a tramitação no Senado, afirmou que consultará os colegas para definir um encaminhamento. Logo após a votação, em um jantar, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pediu a Pacheco que paute o projeto assim que recebê-lo.

Líder do PT, o senador Paulo Rocha (PA) disse que o partido está unificado, no Senado, contra a medida. Na Câmara, os petistas fizeram parte do acordo para aprovar a proposta, apresentado como alternativa à adoção do distritão, também criticado por especialistas.

No distritão, a eleição para os legislativos seria majoritária, ou seja, os mais votados de cada estado seriam eleitos, sem levar em conta os votos nos partidos, como é hoje no sistema proporcional. Críticos do distritão afirmam que ele enfraquece os partidos e dificulta a renovação de vagas.

- Nós, do PT, somos contra (a volta das coligações proporcionais). É um retrocesso. Seria um retorno dos partidos cartoriais, que existem só para fazer coligação. Partidos que não têm força nenhuma pegam carona naqueles que têm força política e organização perante a sociedade - disse Paulo Rocha.

O líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), mostrou-se contrário à aprovação da medida às pressas, o que faria com que já vigorasse no ano que vem:

- Causa suspeita quando se faz **reforma política** de dois em dois anos. Fica parecendo que o Congresso fez de cobaia os vereadores na eleição de 2020. Sou favorável à análise de uma **reforma política**, inclusive com a questão das coligações, mas sou contra aprovar qualquer mudança às pressas, até outubro deste ano, para que já entre em vigor no pleito do ano que vem. Acho que para haver **reforma política** tem que ter diálogo e sintonia entre Câmara e Senado.

Após a eleição municipal do ano passado, a primeira sem coligações proporcionais, a fragmentação partidária diminuiu nas Câmaras de Vereadores. Levantamento feito pelo GLOBO apontou que isso aconteceu em sete de cada dez cidades.

Também alinhado ao Palácio do Planalto, o senador

Jorginho Melo (PL-SC) endossou as crítica à proposta:

 Isso n\u00e3o tem a menor chance de ser aprovado no Senado.

Sem alinhamento

A disposição dos senadores de derrubar ou engavetar a volta das coligações proporcionais deve piorar ainda mais o clima entre as duas Casas, que não têm mostrado alinhamento na pauta legislativa.

O Senado, por exemplo, deu um freio na nova Lei de Segurança Nacional (LSN) que havia sido aprovada em maio pela Câmara sob críticas por ter tido uma tramitação rápida. A proposta só foi chancelada pelos senadores na semana passada, três meses depois.

Outro episódio girou em torno da PEC do voto impresso. Enquanto Arthur Lira, em um gesto incomum, levou para o plenário a proposta, mesmo após ser rejeitada em comissão especial, Pacheco descartou ressuscitar iniciativa semelhante engavetada no Senado.

Relatora da reforma na Câmara, a deputada Renata Abreu (Podemos-SP), já reagiu à sinalização contrária do Senado, afirmando que essa postura "vai gerar uma crise institucional".

Site: https://oglobo.globo.com/politica/senadoresindicam-veto-as-coligacoes-proporcionais-contrariamdeputados-25156499